

Universidade do Mindelo

Departamento de Ciências Humanas, Jurídicas e Sociais

Licenciatura em Sociologia

A Opinião dos Mindelenses Face ao Processo de Oficialização da Língua Cabo-verdiana em Cabo Verde

Jorge Renato Dos Santo Ramos

Orientadora:

Mestre Dominika Swolkien de Sousa

São Vicente, Julho de 2011



Dedico este trabalho aos meus pais, Manuel António Ramos e Maria de Lourdes dos Santos Ramos e à minha querida irmã Cláudia Vanessa dos Santos Ramos pela confiança e total apoio que sempre demonstraram ao longo do meu curso.

Pessoas de fora de Santiago exprimiram relutância em considerar a oficialização do crioulo, quando perceberam que o processo implicaria a oficialização de uma variante específica do crioulo, subordinando assim as outras variantes a esta. Algumas exprimiram uma desobediência categórica ao processo de oficialização, caso este implicasse a alteração da sua própria variante.¹

¹ ROSA, João, 2011. *Discurso Linguístico e Realidades nas Salas de Aula*. Praia: Uni-CV, p.55.

Índice Geral:

Agradecimentos	8
Lista de Abreviaturas	9
Resumo	10
Abstract	11
CAPITULO I: INTRODUÇÃO.....	12
1.0 Introdução.....	12
1.1 Caracterização de São Vicente e da Cidade do Mindelo	13
1.2 Objectivos do Estudo.....	14
1.3 As Ideias do Senso Comum	15
1.4 Hipóteses de Estudo.....	15
1.5 Objecto de Estudo.....	16
1.6 Delimitação Espacial	16
1.7 Delimitação Temporal	16
1.8 Público-alvo do estudo.....	16
CAPITULO II: METODOLOGIA APLICADA NA RECOLHA DOS DADOS ...	17
2.0 Enquadramento metodológico.....	17
2.1 Caracterização da Amostra	18
CAPITULO III: CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA.....	20
3.0 Enquadramento Histórico da Língua Cabo-verdiana	20
3.1 A Proposta de Oficialização da Língua Cabo-verdiana em Cabo Verde.....	22
3.2 ALUPEC: Alfabeto Unificado para a Escrita do Cabo-verdiano.....	24
CAPITULO IV: ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	25
4.0 Definição de conceitos.....	25
4.1 Oficialização.....	25
4.2 Língua Cabo-verdiana.....	25
4.3 Opinião.....	25
4.4 Público	26
4.5 Perspectiva teórica sobre o conceito de opinião pública	26
4.6 Factores que originam a opinião pública	27
4.7 Mecanismos de formação da opinião pública	28
4.8 Formas de opinião pública.	29

4.9 Formas de expressar a opinião pública	29
4.10 Teoria dos três níveis de opinião pública	29
4.11 A influência dos Media na opinião pública.....	30
CAPITULO V: A PROBLEMÁTICA DO ESTUDO DA OPINIÃO PÚBLICA	
MINDELENSE	32
5.0 Pergunta de partida	32
5.1 Definição do problema.....	32
5.2 Abordagem de uma Problemática Construtivista	34
CAPITULO VI: CONSTRUÇÃO DO MODELO DE ANÁLISE.....	36
6.0 Modelo de análise da opinião pública mindelense	37
CAPITULO VII: ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	38
7.0 Caracterização dos inquiridos	38
7.1 Caracterização dos inquiridos segundo a idade, sexo e habilitações literárias	38
7.2.0 Análise e apresentação dos resultados do questionário	40
7.2.1 Quantas línguas Cabo-verdianas existem no país	40
7.2.2 Habilitações Literárias e a pergunta "Quantas línguas cabo-verdianas existem no país?"	41
7.2.3 Oficialização da língua cabo-verdiana em Cabo Verde.....	42
7.2.4 Sentir-se bem informado em relação oficialização da língua cabo-verdiana.....	44
7.2.5 Desempenho do governo de Cabo Verde.....	45
7.2.6 Concorda ou não com a oficialização da língua cabo-verdiana	47
7.2.7 ALUPEC: Alfabeto Unificado para Escrita da Língua Cabo-verdiana	51
7.2.8 Escrever na língua cabo-verdiana.....	52
7.2.9 Utilização da língua cabo-verdiana na escrita.....	55
CAPITULO VIII: CONCLUSÃO	56
CAPITULO IX: RECOMENDAÇÕES	59
BIBLIOGRAFIA	60
Anexo	63

Listagem Gráficos:

Gráfico 1: Idade dos inquiridos e sexo.....	39
Gráfico 2: Quantas línguas cabo-verdianas existem no país?.....	41
Gráfico 3: Habilitações literárias e quantas línguas Cabo-verdianas existem no país?.....	42
Gráfico 4: Sente-se bem informado/a sobre uma possível oficialização da língua cabo-verdiana?.....	44
Gráfico 5: O governo tem feito o suficiente para informar os cidadãos sobre a oficialização da língua cabo-verdiana?.....	45
Gráfico 6: O que falta para melhor esclarecimento dos cabo-verdianos em relação ao tema?.....	47
Gráfico 7: Concorda ou não com a oficialização da língua cabo-verdiana no país?.....	49
Gráfico 8: Idade e concorda ou não com a oficialização da língua cabo-verdiana no país?.....	50
Gráfico 9: Tem o hábito de escrever na língua cabo-verdiana?.....	53
Gráfico 10: Idade e tem o hábito de escrever na língua cabo-verdiana.....	55

Listagem Quadro:

Quadro 44: Habilitações literárias.....	40
Quadro 9: Já ouviu falar na oficialização da língua cabo-verdiana em Cabo Verde?.....	43
Quadro 11: Sabe o que significa oficializar a língua cabo-verdiana?.....	43
Quadro 19: Gostaria que houvesse mais debate em relação à oficialização da língua cabo-verdiana?.....	50
Quadro 22: Neste momento a oficialização da língua cabo-verdiana é uma prioridade para o país?.....	51
Quadro 28: Sabe que a língua cabo-verdiana, já possui um alfabeto para normalizar a sua escrita?.....	51
Quadro 30: Alguma vez já ouviu falar em ALUPEC?.....	52
Quadro 36: Geralmente escreve na língua cabo-verdiana de qualquer forma, ou com base no ALUPEC?	54

Quadro 37: Costuma utilizar a língua cabo-verdiana para escrever em que circunstâncias?.....	55
---	----

Listagem de Tabelas:

Tabela 1: População recenseada de São Vicente em 2010.....	16
Tabela 2: Cálculo da dimensão da amostra.....	18
Tabela 3: Controlo e distribuição de questionários por zonas.....	18
Tabela 4: Modelo de análise de opinião pública mindelense.....	37

Listagem de Figuras:

Figura 1: Crioulos de base Portuguesa.....	20
---	----

Agradecimentos

Os agradecimentos são inúmeros a todos os que directa ou indirectamente ajudaram e participaram na elaboração deste trabalho.

Primeiramente, agradeço à minha família pelo apoio e compreensão demonstrados durante todo esse processo.

À minha orientadora, Mestre Dominika Swolkien de Sousa, pela dedicação, disponibilidade e interesse demonstrados em relação ao trabalho.

Agradeço ainda à minha professora Dra. Lia Medina, por ter apoiado e estimulado a realização desta investigação desde o primeiro momento.

Um muito obrigado a todos os meus professores do primeiro ao último ano pela dedicação que tiveram.

Aos meus colegas de Licenciatura e da Universidade do Mindelo, o meu sincero agradecimento por todo o apoio e sugestões que permitiram o enriquecimento deste trabalho.

E finalmente, à Universidade do Mindelo, ex-IESIG, por ter participado e contribuído para a minha formação intelectual, moral e que levarei para sempre no meu coração.

Lista de Abreviaturas

ALUPEC	Alfabeto Unificado para Escrita do Cabo-verdiano
INE-CV	Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde
BO	Boletim Oficial
N	População
n	Amostra
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences
RGPH-2010	Recenseamento Geral da População e Habitação 2010
CRE	Comissão de Recenseamento Eleitoral
Uni-CV	Universidade de Cabo Verde
Nº Qust.	Número de Questionários
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e cultura

Resumo

O presente estudo é o resultado de uma pesquisa realizada entre os meses de Novembro de 2010 e Julho de 2011, tendo como objectivo primordial conhecer a opinião pública mindelense em relação a uma possível oficialização da língua cabo-verdiana em Cabo Verde.

Este estudo foi essencialmente estruturado em três fases: uma primeira fase dedicada à realização de uma investigação teórica, a começar pelo levantamento documental relacionado com o tema; a segunda fase consistiu na realização de um inquérito por questionário visando os indivíduos que residem efectivamente na Cidade do Mindelo; uma terceira fase que visou a análise e tratamento dos dados recolhidos através do questionário.

Em virtude do interesse que a temática da oficialização da língua tem suscitado no seio da sociedade cabo-verdiana, a questão tem-se revelado algo polémica, despertando muitas opiniões divergentes no seio da população como também dentro da própria classe política e intelectual do país. Um outro aspecto visível em todo este processo é a aparente falta de informação e de conhecimento que as pessoas deixam transparecer em relação ao tema, facto que reforçou o interesse na realização deste estudo.

Em relação à abordagem teórica, centrámo-nos no conceito de opinião pública, enquadrando-a numa perspectiva construtivista como sendo fruto de uma construção social.

Palavras-chave: opinião, opinião pública, língua cabo-verdiana, oficialização.

Abstract

The present study is the result of a research conducted between the months of November 2010 and July 2011, with the principal objective of knowing the public opinion of the mindelenses about a possible officialization of the Cape Verdean language in Cape Verde.

This paper was organized in three phases: the first one was dedicated to the theoretical investigation, beginning with research of literature related to the topic; the second one was centered on the inquiry to habitants of Mindelo; and the third one presented on analysis and treatment of data that had been collected by the questionnaires.

Given of the interests about the officialization of the language that has of Cape Verdean society, the question comes out to be a controversial, awaking many different opinions in the middle of the population and within the political class and the country's intellectual. An another visible aspect in all the process was the apparent lack of information and knowledge that people show about the theme, which also increased my interest in the study.

As for the theoretical is concerned approach, we focus in the concept of the public opinion, framing it in a constructivist perspective as a result of a social construction.

Keywords: opinion, public opinion, the Cape Verdean language, officialization.

CAPITULO I: INTRODUÇÃO

1.0 Introdução

O presente trabalho de investigação intitulado: *A opinião dos Mindelenses face ao processo de oficialização da Língua Cabo-verdiana em Cabo Verde* enquadra-se no âmbito da conclusão do curso de Licenciatura em Sociologia na Universidade do Mindelo (Uni-Mindelo). Estudo este não tem um carácter linguístico na medida em que iremos abordar o tema numa perspectiva sociológica.

Cabo Verde é um arquipélago de origem vulcânica, formado por dez ilhas descobertas por volta de 1460 pelos portugueses, tendo sido colónia de Portugal desde o século XV até à sua independência em 1975. O português constitui a sua língua oficial, usada nas escolas, na administração pública, na imprensa e nas publicações. A língua nacional de Cabo Verde, a língua do povo, é o *crioulo cabo-verdiano* (*criol ou kriolu*).² Ela ainda não está oficializada, cabendo-lhe as funções de comunicação informal no quotidiano, particularmente no domínio da oralidade (B.O Série – Número 48, de 1998).

Segundo Pires (1977: 140) geralmente a língua é considerada como sendo um elemento integrante do estado e o principal instrumento de comunicação entre os homens, constituindo um elemento societário fundamental. É neste contexto que Hopffer Almada enquadra a língua cabo-verdiana, como sendo um elemento fundador e estruturante da identidade cabo-verdiana (Almada 2006: 17). Os citados autores tentam demonstrar a centralidade e a importância que a língua tem para uma determinada sociedade bem como a necessidade da sua valorização.

A oficialização da língua cabo-verdiana em Cabo Verde tem-se revelado um assunto bastante controverso não apenas no seio da classe política, atendendo ao facto da respectiva proposta de oficialização ter sido chumbada pelo Parlamento Nacional, como também ao nível da própria população do país e é neste contexto que se enquadra o presente estudo. O processo de oficialização prevê a valorização da língua cabo-verdiana por parte do governo do país, concedendo-lhe o mesmo estatuto que a língua portuguesa, mas para que isso possa acontecer, será necessário, numa primeira fase, normalizar a

² http://pt.wikipedia.org/wiki/Cabo_Verde, 04-04-2011, 15:51.

escrita do cabo-verdiano. Para efectuar a normalização da escrita, o governo cabo-verdiano aprovou a título experimental o ALUPEC, um alfabeto que atribui um conjunto de sinais gráficos para a representação uniforme de cada som na língua cabo-verdiana, de forma a possibilitar a utilização mais alargada da língua em todas as situações de comunicação através de qualquer tipo de formato (B.O Série – Número 48, de 1998).

De referir que a escolha do tema não foi feita ao acaso; aspectos como a sua actualidade, pertinência e o contributo que poderá trazer no sentido de melhor conhecer a opinião pública mindelense em relação ao assunto, foram os que mais pesaram na escolha deste tema para nos debruçarmos no âmbito deste trabalho.

O presente trabalho estará estruturado da seguinte forma: constituído por nove capítulos, no primeiro integra-se toda a parte introdutória do estudo; o segundo capítulo descreve a metodologia utilizada ao longo do estudo; o terceiro, contextualiza o tema de modo a conhecer melhor em que consiste a oficialização da língua cabo-verdiana e o ALUPEC; o quarto capítulo apresenta a problemática construída para o tratamento do tema; o quinto capítulo apresenta o enquadramento teórico, abordando as questões conceptuais e teóricas; o sexto capítulo apresenta a construção do modelo de análise utilizado ao longo do estudo; por sua vez a análise, tratamento e apresentação dos resultados apurados com a realização do estudo constituem o sétimo capítulo; as conclusões aparecem no oitavo; por fim, o nono capítulo sintetiza as recomendações finais.

1.1 Caracterização de São Vicente e da Cidade do Mindelo

Antes de fazermos qualquer tipo de abordagem ao tema, convém fazer uma contextualização de forma a conhecer um pouco da realidade de São Vicente, isto pelo facto do estudo se realizar na referida Ilha.

São Vicente, *Soncente*, é uma das dez ilhas que compõe o Arquipélago de Cabo Verde; situada no grupo das ilhas do Barlavento, foi descoberta a 22 de Janeiro de 1462, pelo navegador português Diogo Afonso. Mindelo, a sua única cidade, é o segundo maior centro urbano do país seguindo-se à Cidade da Praia, capital do país.³ Actualmente, Mindelo conta com 70.468 habitantes, número que representa cerca de 92,6% da população total da

³ [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ilha_de_S%C3%A3o_Vicente_\(Cabo_Verde\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ilha_de_S%C3%A3o_Vicente_(Cabo_Verde)), 17-03-2011, 11:52.

ilha, segundo dados avançados pelo INE-CV no *Relatório Dos Resultados Preliminares do RGPH-2010*.⁴ De acordo com a mesma fonte, a população total de São Vicente é de 76.107 habitantes, 15,5% da população nacional, na sua maioria urbana, restando a população rural uma percentagem de 7,4%.

Conforme o censo de 2000, a ilha possuía uma das maiores taxas nacionais de crescimento demográfico anual do país, cerca de 2,7%, passando a registar entre 2000 e 2010, uma considerável diminuição do ritmo de crescimento médio anual que passou a situar-se em 1,23%. Quanto a distribuição por sexo, verifica-se um certo equilíbrio percentual entre os residentes efectivos, isto é, dos 76.107 habitantes da ilha 38.347 (50,4%) são do sexo masculino e 37.760 (49,6%) do sexo feminino.

Não obstante hoje ser um dos principais pólos de desenvolvimento económico-financeiro e sociocultural do país, São Vicente foi uma ilha de povoamento tardio, isto em relação às outras ilhas, tendo sido povoada nos finais do século XVIII com pessoas provenientes de outras ilhas de Cabo Verde, inicialmente do Fogo, posteriormente em grande escala com pessoas das ilhas de Santo Antão e São Nicolau (Pereira 2000: 27).

Por ser uma ilha de forte pendor urbano, a sua economia baseia-se principalmente no sector do comércio, dos serviços e ultimamente tem-se apostado muito no sector do turismo e das pescas, tentando aproveitar as riquezas dos recursos marítimos existentes.

1.2 Objectivos do Estudo

O objectivo de qualquer investigação, tanto nas ciências sociais como em qualquer outra área do conhecimento, é o de examinar um determinado fenómeno com vista a obtenção de respostas que nos permitam, como diz Quivy e Campenhoudt (1998: 15) a “elucidação do real”. No caso concreto deste estudo, guiou-nos a finalidade de observar as ideias do senso comum e mitos urbanos correlacionados com as opiniões dos Mindelenses face a uma possível oficialização da língua Cabo-verdiana no país.

Como objectivo central do estudo, pretendemos fazer um diagnóstico da situação actual, focando a opinião e percepção dos Mindelenses em relação ao processo de oficialização da língua cabo-verdiana em Cabo Verde. Outro objectivo passa por saber se existe uma

⁴ http://www.ine.cv/detalhe_noticias_1.aspx?id=317, 16-03-2011, 22:20, p.18.

aceitação ou não por parte dos Mindelenses em relação à oficialização da língua cabo-verdiana no país.

Como objectivos específicos propomos:

Conhecer e compreender a opinião pública mindelense, em relação a uma possível oficialização da língua cabo-verdiana em Cabo Verde.

Observar o nível e as variações da opinião pública mindelense, em relação ao tema, segundo as variáveis que definem a amostra.

Observar se os Mindelenses conhecem o ALUPEC (Alfabeto Unificado para a Escrita do Cabo-verdiano) e se os mesmos praticam a escrita na língua cabo-verdiana.

1.3 As Ideias do Senso Comum

Em São Vicente, de uma forma geral, têm-se a ideia de que as pessoas são muito cépticas em relação à oficialização da língua cabo-verdiana e que estão mesmo contra o processo, pelo facto de pensarem que a variante de Santiago será “adoptada como língua oficial”, é o chamado “discurso das variantes” (Rosa 2010: 50). Um exemplo muito claro é quando as pessoas dizem; *oficialização de crioulo não, mi ka te bá falá badiu*. Torna-se assim necessário observar essas e outras ideias, daí a pertinência do presente estudo.

1.4 Hipóteses de Estudo

Tendo como base os objectivos que acima definidos, as hipóteses de estudo são as seguintes:

1ª Hipótese: Uma grande percentagem da população do Mindelo nunca ouviu falar e nem sabe o que significa a oficialização da língua cabo-verdiana.

2ª Hipótese: A opinião pública mindelense, não concorda com a oficialização da língua cabo-verdiana, por considerar que a variante de Santiago será implementada como língua oficial no país;

3ª Hipótese: Uma grande percentagem da população da Cidade do Mindelo nunca ouviu falar e nem sabe o que significa o ALUPEC (Alfabeto Unificado para a Escrita do Cabo-verdiano);

4ª Hipótese: Uma grande percentagem dos inquiridos que habitualmente escreve usando a língua cabo-verdiana não o faz recorrendo ao ALUPEC.

1.5 Objecto de Estudo

O presente trabalho tem como objecto de estudo a *opinião pública mindelense* perante a eminência da oficialização da sua língua materna ou seja do “crioulo cabo-verdiano”, o que irá alterar o panorama linguístico em Cabo Verde passando o país a possuir duas línguas oficiais, o cabo-verdiano e o português em situação de paridade de estatutos

1.6 Delimitação Espacial

O estudo foi realizado em Cabo Verde, na Ilha de São Vicente Cidade do Mindelo. Por opção logística, inquirimos somente o meio urbano, visto que o tempo disponível para a recolha dos dados não permitiu abarcar o meio rural. Além disso, a população urbana de São Vicente representar cerca de 92,6%, a grande maioria da população da ilha.

1.7 Delimitação Temporal

A recolha dos dados e a elaboração do presente estudo foram realizados entre Novembro de 2010 e Julho de 2011.

1.8 Público-alvo do estudo

O universo do estudo abrange todos os indivíduos de ambos os sexos que residem em efectivo no meio urbano de São Vicente, de idade superior a dezoito anos e que tenham sido recenseados, independentemente de terem ou não nascido na ilha:

TABELA 1: POPULAÇÃO RECENSEADA DE SÃO VICENTE EM 2010						
Sexo	Masculino	%	Feminino	%	Total	
Em números	23.794	52%	21.991	48%	45789	100%

Fonte: Dados da CRE – Comissão de Recenseamento Eleitoral de São Vicente, 07-11- 2010

CAPITULO II: METODOLOGIA APLICADA NA RECOLHA DOS DADOS

2.0 Enquadramento metodológico

A aplicação do questionário no terreno foi iniciada no dia 25 de Novembro de 2010, data em que foi realizado um pré-teste para verificar a eficácia e fluidez do questionário, como também da estrutura da base de dados criada no SPSS.

A metodologia corresponde a um conjunto de métodos, técnicas e procedimentos organizados a partir dos quais se constrói o conhecimento respeitante a uma determinada área da ciência. Logo o sucesso de qualquer investigação depende de uma boa abordagem metodológica por parte do investigador, visto que somente assim poderemos compreender melhor o nosso objecto de estudo. Desta forma, para alcançar os objectivos definidos, optámos por uma metodologia que permite a recolha e tratamento dos dados, recorremos ao método quantitativo de inquérito por questionário sustentada por uma base bibliográfica.

Optámos pelo método quantitativo de inquérito por questionário na recolha dos dados por permitir a verificação das hipóteses teóricas construídas e por envolver recurso e técnicas específicas de quantificação, tratamento, análise e caracterização dos dados em estudo. No guião do questionário foram formuladas perguntas claras e precisas para que as pessoas interrogadas as pudessem fielmente interpretar da mesma forma. Obedecemos a duas modalidades de questões: uma primeira modalidade chamada de *perguntas fechadas* - perguntas com respostas predefinidas e codificadas em que se assinala a resposta que estiver de acordo com a opinião do inquirido. Uma outra modalidade, são as *perguntas abertas* - não têm respostas predefinidas dando ao inquirido a liberdade de elaborar a resposta consoante for a sua opinião. O tratamento estatístico dos dados foi feito utilizando um software informático, o *SPSS (Statistical Package for the Social Sciences)*. Esta ferramenta permite obter tabelas, gráficos e o cruzamento de variáveis que posteriormente serão analisados e interpretado, dando suporte e sustentabilidade ao estudo. E por fim, a base empírica do estudo foi suportada com dados estatísticos que são fornecidos por instituições como o INE, CRE e também pela análise da bibliografia disponível sobre o tema e conceitos abordados no estudo e complementada com pesquisa feitas na Internet.

2.1 Caracterização da Amostra

A amostra representa um subconjunto da população mindelense, a partir do qual efectuamos uma observação com o intuito de generalizar os resultados obtidos à totalidade desta população. Em termos quantitativos, o universo de estudo abrange os 45.789 indivíduos recenseados, de idade superior aos dezoito anos que residem efectivamente na Cidade do Mindelo. Na impossibilidade de trabalhar um universo com estas dimensões, estriamos uma amostra de 118 indivíduos. No cálculo da amostra utilizamos um software com o nome de *Append Investigación de Mercados*. Foi calculada uma margem de erro de 9%, determinando a implementação de 118 questionários para alcançar um nível de confiança de 95% tal como ilustra o quadro seguinte:

TABELA 2: CÁLCULO DA DIMENSÃO DA AMOSTRA	
Margem de erro	9,0%
Tamanho da população	45.789
Tamanho da amostra para nível de confiança de 95%	118

Fonte: http://www.append.es/es/mi_espacio.asp?desc=32&id=7, 20-10-2010, 17:20.

Num universo de $N = 45.789$ indivíduos (população recenseada), foi aplicado um questionário a uma amostra da população com a dimensão de $n = 118$ indivíduos, onde fizemos a distribuição dos 118 questionários pelas zonas com mais peso e representatividade ao nível da população recenseada na ilha de São Vicente.

TABELA 3: CONTROLO E DISTRIBUIÇÃO DE QUESTIONÁRIOS POR ZONAS						
Cod.	Zonas	Masc.	Fem.	Total de Recenseados	%	Nº Qust
1	Centro da Cidade	4	4	1669	6.6%	8
2	Monte Sossego	13	12	5567	21.6%	25
3	Madeiralzinho	6	5	2386	9.21%	11
4	Chã de Alecrim	8	7	3281	12.7%	15
5	Cruz João Évora	3	3	1277	4.9%	6
6	Ribeirinha	9	7	4073	15.8%	19
7	Ribeira Bote	7	5	2442	9.5%	12
8	Bela Vista/Pedreira	8	8	3430	13.3%	16
9	Rª de Craquinha	4	3	1572	6.11%	7
			Total	25697	100%	118

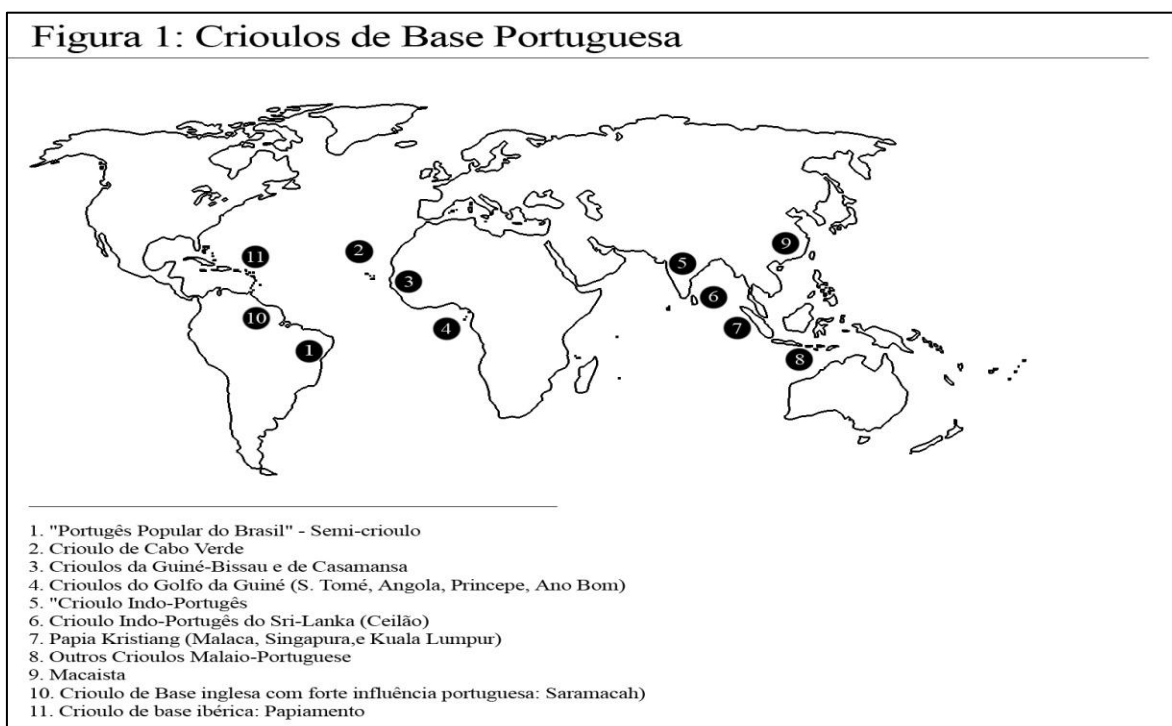
Fonte: Dados da CRE – Comissão de Recenseamento Eleitoral de São Vicente

Optámos por criar uma amostra estratificada por quotas, isto pelo facto de não ter-mos tido acesso a uma base de sondagem adaptada ao problema tratado que permitisse a criação de uma amostra aleatória. Pretendemos assim obter uma representatividade aceitável tentando reproduzir na amostra as variáveis existentes na população a estudar. Citando Quivy e Campenhoudt (1998: 162), “nas amostragens ditas por quotas, a representatividade procura-se estabelecendo quotas de inquiridos segundo determinadas características predefinidas (por exemplo, *sexo* e *idade*) ”. É importante referir ainda que o facto de termos inquirido pessoas de outras ilhas mas que residem efectivamente em São Vicente, prende-se com razões históricas relacionadas com o povoamento da ilha, visto que o povoamento de São Vicente iniciou-se no século XVIII ou seja mais tardio, isto em comparação por exemplo com a ilha de Santiago. E esse povoamento, foi feita com pessoas oriundas de Santo Antão, São Nicolau, do Fogo e da coroa. De então à actualidade o fluxo tem-se mantido (Pereira 2000: 27). Por se tratar de pessoas que vivem em São Vicente e que por isso têm já assimilado o estilo de vida próprio e os valores culturais da ilha, pensamos que o facto não necessariamente afecta a essência do estudo.

CAPITULO III: CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

3.0 Enquadramento Histórico da Língua Cabo-verdiana

Em Cabo Verde e em outras partes do mundo onde exista uma comunidade cabo-verdiana, habitualmente utiliza-se o termo “crioulo” tanto para fazer referência à língua cabo-verdiana, como também quando se refere ao indivíduo nascido em Cabo Verde ou descendente de cabo-verdianos, consoante o contexto. Por esse facto, optámos por utilizar o termo “língua cabo-verdiana”, quando referimo-nos ao *crioulo*. É sabido que para além do crioulo de Cabo Verde existem, outros crioulos que têm como base lexical o português em outras partes do mundo, ilustrados na seguinte figura:



Fonte: PEREIRA, DULCE. 1992. Crioulos de Base Português. In *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo*. Lisboa: Imprensa Nacional, Comissão Nacional para os Descobrimentos, União Latina, pp.122.

Neste caso em concreto, a que nos interessa é a língua cabo-verdiana ou “crioulo de Cabo Verde” que é também um crioulo de base lexical português.

Importa referir que descrever o percurso histórico da língua cabo-verdiana é uma tarefa muito difícil, pelo simples facto de não se encontrar disponível uma base bibliográfica diversificada e que possibilite uma análise histórica e consensual do tema. Facto é que por

exemplo, mesmo entre a comunidade científica, não existe um consenso quanto à origem e formação dos crioulos, apontando diferentes teorias que tentam explicar a sua origem como, por exemplo, as teorias: *eurogenética*, *afroгенética*, *neurogenética* ou *sociogénese*.⁵

Por ter surgido num contexto histórico e sociológico de colonização das ilhas de Cabo Verde, a língua cabo-verdiana surge como um produto do encontro de várias línguas, em que uma delas é europeia, a língua portuguesa e que se assume como dominante e as restantes africanas, passam a condição de dominadas. Da confluência dessas diversas línguas tem origem o cabo-verdiano (Duarte 1998:35).

Igualmente, não se pode avançar uma data exacta específica da formação da língua cabo-verdiana, apenas podemos situar a sua formação e irradiação em Cabo Verde entre os anos de 1550 e 1600 (Veiga 1995: 24). Veiga avança ainda que a sua consolidação linguística processou-se entre os séculos XVII e XVIII. Ainda de acordo com o mesmo autor, a partir do século XIX e período em que foi introduzido o ensino oficial da língua portuguesa no arquipélago, a língua cabo-verdiana passou a ser objecto de ataques por parte do regime colonial português. Apenas a partir da independência, ocorrida em 1975, o cabo-verdiano efectivamente ascendeu ao estatuto de língua nacional e materna em Cabo Verde (Veiga 1995: 24).

Com o fim do colonialismo e com a assunção da independência nacional cabo-verdiana, nos meios intelectuais regista-se uma forte tendência para prestigiar a língua cabo-verdiana, incrementando assim o interesse pela investigação da língua cabo-verdiana (Pereira 1991: 47).

Na sequência, um importante passo ocorreu em 1979 com a realização, em São Vicente, do chamado “Colóquio de Mindelo”, com o objectivo organizacional de desenvolver um sistema alfabético aceitável para a escrita do cabo-verdiano. Este foi o primeiro passo para a criação de um sistema que normalize a escrita da língua cabo-verdiana. A 20 de Junho de 1998, o parlamento de Cabo Verde adoptou uma proposta do governo, um sistema alfabético designado de ALUPEC (Alfabeto Unificado para a Escrita do Cabo-verdiano), um passo importante para a oficialização da nossa língua cabo-verdiana (Rosa 2010: 43).

⁵ http://pt.wikipedia.org/wiki/Crioulo_cabo-verdiano, 04-04-2011, 15:51.

3.1 A Proposta de Oficialização da Língua Cabo-verdiana em Cabo Verde

A língua oficial de um país é, conforme a definição dada pela UNESCO, a língua utilizada no quadro das diversas actividades oficiais: legislativas, executivas e judiciais de um estado soberano ou território. É a língua consagrada na lei, através da constituição de um país, como língua adoptada pelo estado. A língua oficial (ou línguas oficiais), cuja escolha depende de razões políticas, deve ser a língua utilizada em todos os actos oficiais do poder público, quer de direito externo (tratados e convenções internacionais), quer de direito interno (constituição, leis ordinárias, actos políticos, sentenças judiciais, actos administrativos, discursos oficiais, etc.). A língua oficial será, em princípio, a língua falada (se só houver uma) ou uma das línguas faladas (se houver várias) pela população de cada estado ou território.⁶

Citando o Decreto-Lei nº 67/98, quanto à situação linguística em Cabo Verde e que é reconhecida pelo estado cabo-verdiano:

“...Cabo Verde caracteriza-se pela existência de duas línguas com estatutos e funções diferenciados: o Português é a língua oficial e internacional e o Cabo-verdiano (ou crioulo) é a língua nacional e materna. Ao primeiro estão reservados as funções de comunicação formal: administração, ensino, literatura, justiça, mass-média. Ao segundo, pelo seu lado, estão reservados as funções de comunicação informal, particularmente no domínio da oralidade.” (B.O I Série – Número 48, de 1998).

A situação sociolinguística em Cabo Verde manteve-se mesmo após a independência do país em 1975, sendo caracterizada pela diferença de estatutos e funções entre a língua cabo-verdiana e a portuguesa. Na óptica de Rosa (2010) a diferenciação de estatutos entre estas duas línguas tem uma explicação, já que após a libertação do povo do colonialismo, o facto de a língua cabo-verdiana não estar estandardizada e também o facto de haver uma dependência dos sistemas institucionais estabelecidos durante o período colonial fizeram com que o português continuasse a ser utilizado como língua oficial do Estado em Cabo

⁶ http://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%ADngua_oficial, 29-04-2011, 17:33.

Verde, daí a necessidade de normalizar a escrita no âmbito da oficialização da língua (Rosa 2010: 21).

Apesar do parlamento cabo-verdiano já ter aprovado o ALUPEC, o mesmo não aconteceu com a proposta de oficialização da língua cabo-verdiana, quando no ano de 1999, o mesmo parlamento, não aprovou a proposta de revisão constitucional que permitiria oficializar a língua cabo-verdiana (Rosa 2010: 43).

Entende-se que a oficialização da língua cabo-verdiana permitirá que a nossa língua possa ser utilizada não só como o veículo de comunicação no dia-a-dia de uma forma informal e oral, mas passará a ser também utilizada nos actos públicos e oficiais, nas repartições públicas ou privadas, no ensino, ou seja em qualquer ocasião formal (Almada 2006: 21).

Segundo Rosa (2010) citando o Cape-Verdean Creole Institute:

“...Em relação a progressiva transformação do crioulo em língua oficial o que está planeado não é só a adopção de um decreto ou a publicação de um documento legal. A oficialização do crioulo significa que este tornar-se-á uma ferramenta capaz de ser utilizada na educação, na administração, nos assuntos legais, no parlamento, na comunicação social, em situação de soberania na literatura e em todas as situações de comunicação formais com o país e na diáspora...” (Rosa 2010: 49).

A oficialização da língua cabo-verdiana é um processo que tem que ser feito de uma forma gradual, e neste sentido, temos alcançado metas importantes como é o caso do ALUPEC, e agora com o Mestrado em *Crioulística e Língua Caboverdiana* ministrado na Uni-CV que:

“...visa promover a formação de especialistas com conhecimento linguístico, didáctico e técnico para operar em diversas áreas da língua caboverdiana, visando a sua promoção, divulgação e valorização.”⁷

Segundo António Correia e Silva, antigo Reitor da Universidade de Cabo Verde e actual Ministro do Ensino Superior, Ciência e Inovação, o desenvolvimento do ensino e da

⁷ <http://unicvkriolus.wordpress.com/>, 27-06-2011, 19:42.

investigação em matéria linguística e sociolinguística constituiu uma das motivações para a criação da Uni-CV (Rosa 2010: 13). A nosso ver, trata-se de um passo importante para o conhecimento científico da língua cabo-verdiana e também uma oportunidade de formar quadros capacitados ao nível da linguística.

3.2 ALUPEC: Alfabeto Unificado para a Escrita do Cabo-verdiano

Para que possa ser oficializada a língua carece de uma escrita uniforme e normalizada. É nesse contexto que se enquadra a importância e necessidade do ALUPEC em todo este processo. Este sistema alfabético reconhecido pelo governo de Cabo Verde em Boletim Oficial, tem em vista o desenvolvimento e valorização da língua cabo-verdiana. Assim, e citando o Boletim Oficial nº 48, o ALUPEC foi aprovado inicialmente a título experimental, com duração de cinco anos, pelo Decreto-lei nº 67/98, de 31 de Dezembro de 1998 e publicado em Boletim Oficial número 48, I Série.

O referido alfabeto, que exprime um conjunto de sinais gráficos para a representação uniforme dos sons na nossa língua é, basicamente, um produto de harmonização de dois modelos, sendo um, de base etimológica e outro, de base fonológica. Suportado no alfabeto latino, é composto por vinte e três letras e quatro dígrafos (estes exprimindo situações em que duas letras são usadas para representar um som linguístico), exemplificados a seguir:

- A B D **DJ** E F G H I J K L **LH** M N **NH** Ñ O P Q R S T **TX** U V X Z
- a b d **di** e f g h i j k l **lh** m n **nh** ñ o p q r s t **tx** u v x z

Sugando o investigador João Rosa (2010):

“...As principais diferenças relativamente aos anteriores tipos de escrita do crioulo baseados no latim, as quais utilizavam os grafema do português standart, incluíam a eliminação do “C” e a introdução do grafema “K”, para ocupar a função fonológica do grafema omitido. (...) Foram introduzidos os dígrafos “DJ”, “LH”, “NH” e “TX”.” (p.43)

Ainda, o decreto-lei prevê que a escrita na língua cabo-verdiana utilizando o ALUPEC, deverá se processar baseando na livre adesão dos seus utentes, ou seja, a sua utilização é facultativa e são essas as bases do ALUPEC (B.O Série I – Número 48, de 1998).

CAPITULO IV: ENQUADRAMENTO TEÓRICO

4.0 Definição de conceitos

Para fazer o enquadramento teórico começa-se por proceder à definição dos conceitos importantes desta investigação. Assim, os conceitos abaixo desenvolvidos foram seleccionados por serem considerados de importância fundamental para a plena compreensão deste estudo.

4.1 Oficialização

É dar carácter ou validade oficial ao que antes não o tinha, é algo formal reconhecido e legitimado pelas autoridades competentes como sendo valido (Machado, Matos e Henriques 1992: 840).

4.2 Língua Cabo-verdiana

A língua é um produto social, um conjunto de convenções necessárias, adoptadas pelo grupo social, para permitir o exercício da linguagem (Rabaça e Barbosa 2002: 428). Na perspectiva de Pereira (2001) a língua cabo-verdiana “é a doce língua da mãe, das estórias, dos provérbios, dos pensamentos mais íntimos, da poesia em versos e em prosas, que se diz e escreve conforme se pode ou a nova lei manda: língua de todos os cabo-verdianos sem excepção, mesmo dos que falam português.” (Pereira 2001:153). A língua cabo-verdiana é uma língua originária do Arquipélago de Cabo Verde. É uma língua crioula de base lexical portuguesa é também a língua materna de quase todos os cabo-verdiano usada como segunda língua por descendentes de cabo-verdianos em outras partes do mundo.⁸

4.3 Opinião

Segundo Rieffel (2003) é “a expressão de uma certa subjectividade, de uma forma de sentimento relativamente instável, que se opõe a razão” (Rieffel 2003: 34). Ou também é o conceito ou parecer que se forma sobre alguém ou alguma coisa (Machado, Matos e Henriques 1992: 840).

⁸ http://pt.wikipedia.org/wiki/Crioulo_cabo-verdiano, 14-06-2011, 15:31.

4.4 Público

O público é considerado um agregado ou conjunto instável e heterogéneo de indivíduos pertencentes a grupos sociais diversos e dispersos sobre determinada área, que pensam e sente de modo semelhante a respeito de problemas, interesses, gostos ou até movimentos de opinião (Rabaça e Barbosa 2002: 604).

4.5 Perspectiva teórica sobre o conceito de opinião pública

A opinião pública é uma noção complexa e à medida que nos esforçamos por determinar a sua natureza, a ideia de opinião pública remete-nos para a noção de opinião pura e simples, ou seja, de crença duvidosa, de «doxa» segundo Platão (meio caminho entre o erro e a verdade). Quando falamos de opinião pública, situamo-nos num outro plano e acrescentamos-lhe outras características suplementares: inicialmente, ela é o produto de uma audiência particular, depois uma opinião partilhada por um grande número de indivíduos, uma opinião comum e finalmente, uma opinião trazida ao conhecimento de todos e submetida ao juízo de todos, tornando-se assim pública, esses são os traços fundamentais da opinião pública; um público, uma opinião comum, uma opinião partilhada (Rieffel 2003: 34).

A opinião pública, como o próprio nome indica, é a opinião que o público tem, no entanto, cria alguma controvérsia porque a opinião sobre um tema não é a mesma para todos os indivíduos. Essa opinião varia consoante a sua educação ou a sua ética. A opinião é o consenso entre a observação do meio comparada com a ética individual.⁹

A opinião pública congrega dois conceitos base: opinião e público, é entendida como sendo a opinião geral de uma sociedade. Para melhor entendermos o conceito, passamos a apresentar a perspectiva conceptual de alguns autores:

Segundo Oliveira, Pais e Cabrito (1994):

“...A opinião pública, são as opiniões de todos os membros do grupo em face de uma questão controversa. (...) Para ser verdadeiramente «opinião pública», o ponto de vista do grupo deve ser a expressão da minoria, tanto quanto da maioria.” (p.165)

⁹ Alumni.ipt.pt/~goncalom/ECS-opiniao_publica.pdf, p.4, 20-05-2011, 10:05

Segundo Rieffel (2003), a expressão opinião pública é definida como:

“...uma força social que resulta de uma similitude de juízos sobre determinados temas por parte de uma pluralidade de indivíduos e que se exterioriza na medida em que toma consciência de si mesma.” (p.34)

4.6 Factores que originam a opinião pública

Em sociologia, como em qualquer outra ciência, é de extrema importância conhecer os antecedentes e a origem dos fenómenos, visto que a sua história permite-nos conhecer o problema estudado e ainda concede-nos meios para executar uma análise mais cuidada dos mesmos.

A existência de uma opinião global pressupõe, na sua origem e génese, a existência de condições que permitam uma discussão generalizada e livre, sem pressões de qualquer tipo sobre acontecimentos ou factores do domínio público e são esse mesmos factores que iremos observar (Oliveira, Pais e Cabrito 1994: 167).

Segundo Oliveira, Pais e Cabrito (1994: 169) estudos efectuados por investigadores da comunicação, apontam os seguintes factores para a origem da opinião pública:

Os acontecimentos – acontecimentos com particular significado para a população, determina rapidamente o surgimento de movimento de opinião pública.

O interesse – o interesse do público é um factor fundamental, se suceder algo controverso ou uma questão vital para a população, haverá uma atenção do público para debater e comentar o acontecimento assim originam as correntes de opinião.

Os períodos de crise – a opinião pública é particularmente activa e crítica em períodos de crise seja ela económica, política ou social. Quando a sociedade vive momentos de insegurança e de mudança a opinião pública é particularmente exigente e intolerante com os responsáveis dos acontecimentos.

A emoção – ela também é influenciada por factores de carácter irracional, a emoção, os preconceitos, os estereótipos, são alguns dos factores que podem enviesar a nossa leitura dos acontecimentos.

4.7 Mecanismos de formação da opinião pública

A opinião pública é um fenómeno desencadeado por diversas facetas do comportamento humano, e os mecanismos que intervêm na sua formação podem ser condicionados por aspectos da realidade individual e social (Lopes 1991: 32).

Segundo Oliveira, Pais e Cabrito (1994) no processo de formação da opinião pública, intervêm os seguintes mecanismos:

Os Rumores – são dos mecanismos mais arcaicos de formação de opiniões colectivas, anterior aos *media*. São de natureza interindividual independente das informações oficiais, formando-se quando o assunto que lhe da origem é importante e ambíguo (Oliveira, Pais e Cabrito 1994: 171).

Os grupos e as suas normas – todo o agrupamento humano tem as suas características próprias, desenvolvendo regras e procedimentos que espelham os valores aceites por todos. Assim a pertença a um grupo condiciona e determina a formação da opinião do indivíduo (*Ibid.* p.177).

A comunicação interpessoal – este factor tem uma grande importância na formação da opinião, visto que as notícias são retomadas como tema de conversa no quotidiano e a troca de impressões relacionados a um determinado assunto, poderá reforçar a mensagem que tínhamos recebido anteriormente (*Ibid.* p.178).

Os guias de opinião – ou também chamados de “líderes de opinião”, são indivíduos que se destacam na comunidade e que exercem um certo influencia na mesma. É um indivíduo que pela posição privilegiada que ocupa na comunidade, poderá condicionar e determinar a formação da opinião (*Ibid.* p.179).

Os mecanismos psicossociológicos de selecção de informação – basicamente consistem no processo de selecção da informação que recebemos. Estes mecanismos actuam ao nível da atenção, percepção e memória. Derivado a subjectividade individual, no processo informativo as pessoas recebem, apreende e arquivam na memória aquilo que lhes interessa e rejeitando o não lhes interessa (*Ibid.* p.183).

4.8 Formas de opinião pública.

Após enumerar os factores e os mecanismos que intervêm no processo de formação desse fenómeno social, passamos a identificar as formas de opinião pública.

Segundo Lopes (1991) a opinião pública pode ser expressa em três modalidades diferentes:



“...será positiva quando for maioritariamente favorável. Será negativa quando for maioritariamente desfavorável. E será passiva quando denotar uma certa indefinição ou, até mesmo indiferença.” (Lopes 199:129).

4.9 Formas de expressar a opinião pública

Ainda segundo a perspectiva de Lopes (1991: 31) a informação é um veículo de conhecimento que, através dos meios de comunicação, constrói a opinião pública e para que ela se forme é necessário que, em torno de um determinado assunto, se estabeleça um universo de opiniões. Para expressá-la, Lopes apresenta quatro formas de a fazer:

- a) A opinião claramente expressa e, por vezes, gritada;
- b) A opinião oral, frequentemente murmurada, e que acaba por resultar no boato;
- c) O sufrágio universal, o referendo ou a sondagem de opinião, sem respostas obrigatórias;
- d) O referendo ou sondagem de opinião, com respostas obrigatórias.

4.10 Teoria dos três níveis de opinião pública

Esta teoria foi proposta por Ferdinand Tonnies, e diz-nos que à medida que o indivíduo vai consolidando a sua opinião, esta passa por três estados físicos ou níveis (Oliveira, Pais e Cabrito 1994: 170):

1º Opiniões Gasosas – são opiniões emitidas pelo indivíduo antes de serem formadas. O sujeito interrogado responde «qualquer coisa» sem ter ainda construído a sua opinião a respeito do assunto em causa.

2º Opiniões Líquida – são as opiniões expressas durante o processo da sua formação. O indivíduo questionado dá-nos a conhecer na sua resposta alguns dos elementos que ele tem para construir a sua opinião, mas ainda estão desconexos e não relacionados. É portanto, uma opinião incompleta e desarticulada.

3º Opiniões Sólidas – são opiniões seguras, emitida por um sujeito que já reflectiu sobre a questão posta, isto é, são opiniões expressas depois de convenientemente formadas. Não quer dizer que sejam opiniões incontestáveis ou absolutas. Elas são, apenas, sólidas ou validas porque o sujeito, sobre a questão posta, pode reflectir e livremente exprimir o seu ponto de vista.

4.11 A influência dos Media na opinião pública

A ideia de que a imprensa, a rádio e o cinema podem influenciar e manipular os indivíduos vem desde o final dos anos 30, princípios dos anos 40. Podemos observar o caso do regime nazi que recorreu frequentemente a técnicas de propaganda para manipular multidões. A comunicação social tem um papel fundamental na opinião, pois sem a presença de uma informação vinda de fora a opinião não era formulada.¹⁰

Como podem os *media* influenciar a opinião pública? Esta é uma questão muito delicada. Ou também serão eles simples amplificadores do fenómeno? *A imprensa escrita foi um dos factores que favoreceram o surgimento e o desenvolvimento da opinião pública*. Esta é a tese defendida pelo psicossociólogo Gabriel Tarde, que foi um dos primeiros a sublinharem a influência da difusão em grande escala dos jornais sobre as conversas e as ideias que circulam no seio das nossas sociedades (Rieffel 2003: 37).

O interesse da reflexão de Gabriel Tarde reside na explicação das causas que presidiram ao surgimento do público. Foi graças aos jornais, e em particular ao seu florescimento aquando da Revolução Francesa que surgiu verdadeiramente o público: «é a partir do momento que os leitores da mesma folha se deixam agarrar pela ideia ou pela paixão que a

¹⁰ Alumni.ipt.pt/~goncalom/ECS-opinioao_publica.pdf, p.2, 20-05-2011, 10:05

suscita que constituem verdadeiramente, um público». Esta nova forma de associação colectiva intensifica-se durante o século XIX devido ao desenvolvimento dos meios de comunicação e de transporte, à expansão da difusão da imprensa a todo o território. Produz, então, uma aceleração da circulação das opiniões, um trabalho de fusão das opiniões pessoais e locais numa opinião colectiva e nacional (Rieffel 2003: 38).

A crescente intelectualização do mundo social é acompanhada, segundo Gabriel Tarde, não apenas por unificação das opiniões, mas também por uma pacificação: a imprensa desempenha, de certo modo, o papel de um «cimento social» que reúne as populações até então dispersas, fragmentadas, e atenua os conflitos, porque as pessoas, graças ao diálogo tomam consciência da identidade de certos pontos de vista. Neste ponto o autor propõe uma definição que considera mais completa da opinião pública, que é: «um grupo momentâneo e mais ou menos lógico de juízos que respondendo a problemas actuais, se encontram reproduzidos, em numerosos exemplares, em pessoas de um mesmo país, da mesma época, da mesma sociedade» (Rieffel 2003: 38).

Quando alargamos a nossa perspectiva de análise, da imprensa escrita e passamos para o conjunto dos *media* audiovisuais, segundo o autor, citando Dominique Wolton, que a «televisão é a única actividade partilhada por todas as classes sociais e todas as faixas etárias, estabelecendo assim uma ligação entre todos os meios». Já por exemplo por exemplo em relação a televisão, Rieffel tem as suas dúvidas, perguntando se este público de telespectadores poderá ser considerado a expressão da opinião pública? O autor considerando pouco provável que as audiências dos *media* possam espelhar a opinião pública. Conclui o autor que a influência dos *media* na opinião pública é um assunto complexo e que apenas trabalhos mais aprofundados poderão permitir o desenvolvimento dos conhecimentos nessa matéria (Rieffel 2003: 43).

Quanto a questão levantada Rieffel, *Como podem os media influenciar a opinião pública?* De facto este se trata de um assunto que necessita de uma análise mais aprofundada, o que não é o objectivo do presente estudo, mas na nossa óptica os telespectadores podem ser considerados uma expressão da opinião pública. A televisão é um meio em que se passa muita publicidade, anunciando os mais diversos produtos e cada vez mais essas publicidades têm a capacidade de convencer as pessoas a adquirirem um determinado produto.

CAPITULO V: A PROBLEMÁTICA DO ESTUDO DA OPINIÃO PÚBLICA MINDELENSE

A problemática é uma fase crucial da investigação, constituindo o ponto de referência para orientação do investigador e que permite fazer uma análise seleccionada das dimensões do fenómeno em estudo. A problemática é entendida como sendo a forma de melhor compreender a natureza do problema estudado, de acordo com Quivy e Campenhoudt (1998) ela refere-se à:

“...abordagem ou perspectiva teórica que decidimos adoptar para tratarmos o problema formulado pela pergunta de partida (...) constituí uma etapa-charneira da investigação, entre a ruptura e a construção.” (Quivy e Campenhoudt 1998: 89).

No processo de investigação em ciências sociais, os mesmos autores defendem que:

“...A melhor forma de começar um trabalho de investigação em ciências sociais consiste em esforçar-se por enunciar o projecto sob a forma de uma pergunta de partida.” (Quivy e Campenhoudt 1998: 44).

5.0 Pergunta de partida

A pergunta de partida exprime exactamente aquilo que o investigador procura saber, sendo considerado pelos referidos autores “o fio condutor da investigação” (Quivy e Campenhoudt 1998: 31). Para o nosso estudo, coloca-se a seguinte questão ou pergunta de partida:

Qual é a opinião dos Mindelenses face ao processo de oficialização da língua cabo-verdiana em Cabo Verde?

5.1 Definição do problema

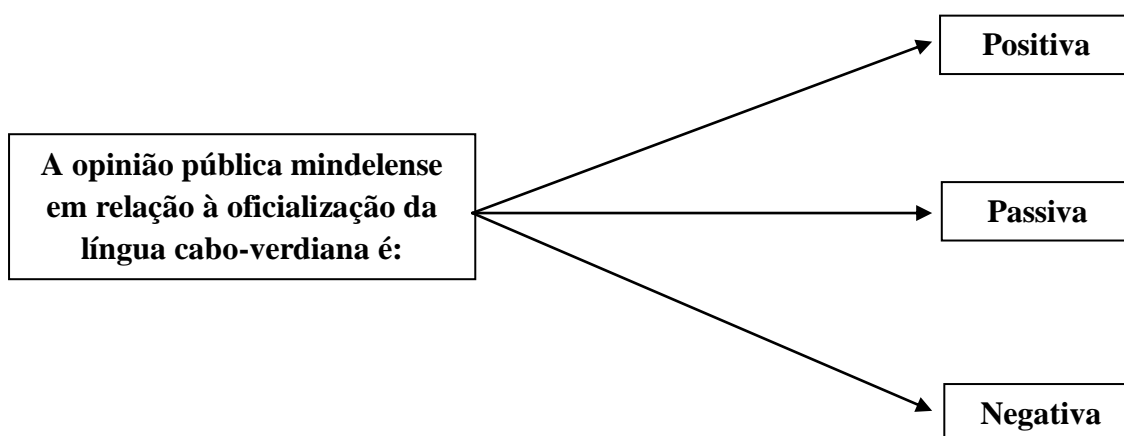
A realidade social que se dá o nome de *público* concretiza-se na sequência do desenvolvimento de correntes de opinião que associam os espíritos e as consciências; o público promove a convicção de partilha de uma mesma ideia ou vontade por parte de um

grande número de pessoas. A mediatização desta realidade social decorre do facto de a sua constituição não exigir a proximidade física das pessoas, dispensando a presença directa dos membros do público uns perante os outros (Pissara 2007: 187).

Numa perspectiva colectivista, para Émile Durkheim na *Règles de la méthode sociologique*, o colectivo (ou social), distinto do individual, constitui uma entidade específica: a sociedade não é uma simples soma dos indivíduos mas sim o sistema formado pela sua associação, representa uma realidade que tem as suas próprias características (Corcuff 2001: 17).

Segundo Pissara (2007): “o agrupamento social em públicos é o que oferece aos caracteres individuais mais marcados as melhores possibilidades de se imporem, e às opiniões individuais originais as maiores facilidades para se difundirem.” (Pissara 2007: 189).

Pretendemos, com a definição do nosso problema, avaliar essa partilha de ideias e opiniões, deste agrupamento social que é a sociedade mindelense, observando e analisando o seu colectivo. Tendo em mente a nossa pergunta de partida, e a nossa 2ª hipótese que diz: *...opinião pública mindelense, não concorda com a oficialização da língua cabo-verdiana...*, queremos obter respostas que nos permitam caracterizar a tendência geral dessa colectividade em relação à oficialização da língua cabo-verdiana. Esquemáticamente, utilizando as três formas de opinião pública proposta por Lopes (1991: 29) queremos saber se:



Encontrando-nos inseridos numa sociedade e tendo a noção de que este é um sistema colectivo, não podemos ter uma perspectiva simplista da opinião pública e encara-lo como uma simples soma das opiniões individuais. Neste sentido, segundo Rieffel (2003: 34), ela é produto de uma audiência particular (um público), depois uma opinião partilhada por um grande número de indivíduos e uma opinião trazida ao conhecimento de todos e submetida ao juízo de todos, tornando-se assim pública.

5.2 Abordagem de uma Problemática Construtivista

Falar de opinião pública é referir-mo-nos a opiniões partilhadas por grandes conjuntos humanos sobre as mais diversas questões do domínio público. É precisamente o facto de a opinião manifestada parecer ter origem numa reflexão colectiva baseada na cultura de um agrupamento que lhe dá força e quando manifestada pelos grupos é, portanto, um produto cultural e social (Oliveira, Pais e Cabrito 1994: 164).

Contudo, para conhecer esta reflexão colectiva temos que conhecer e analisar este “sistema”, referido por Émile Durkheim que é a sociedade. Assim, Simon (2000) diz que:

“...É pois na natureza desta realidade que é necessário procurar as causas determinantes dos factos que nela se produzem.” (Simon 2000: 312).

Assim sendo, com este estudo pretendemos observar e analisar a opinião pública mindelense relativamente ao propósito da oficialização da língua cabo-verdiana no país e para isso, mobilizámos a *teoria construtivista* para compreender e tentar explicar a referida opinião pública.

De uma forma muito sintética, segundo Corcuff (2001) esta corrente defende que:

“...Numa perspectiva construtivista, as realidades sociais são apreendidas como construções históricas e quotidianas dos actores individuais e colectivos.” (Corcuff 2001: 22).

Pretendemos demonstrar que a opinião pública mindelense é fruto de uma construção histórica e quotidiana ou seja uma realidade construída: *Histórica*, se tivermos em conta o percurso histórico feito pelo país desde o seu descobrimento, processo de povoamento,

período em que foi uma colónia portuguesa, da independência até a actualidade. E *quotidianas*, pelo facto dos meios de comunicação social (média) terem um papel importante na informação do público, bem como o fenómeno socialização que permite uma grande troca de informações entre as pessoas.

A esse propósito, é de ter em atenção Berger e Luokmann, que afirmam que a realidade é uma construção social e inspirados no *construtivismo fenomenológico* de Alfred Schutz, mais afirmam que “a realidade da vida quotidiana contém esquemas de tipificação em função das quais os outros são apreendidos.” (Corcuff 2001: 67).

A componente histórica segundo Corcuff (2001: 22) constitui uma noção primordial do construtivismo e este subdividido em três aspectos fundamentais;

1º - O mundo social constrói-se a partir das pré-construções passadas, em que o autor faz referência a Karl Marx que diz: “Os homens fazem a sua própria história, mas eles não a fazem arbitrariamente, em condições por eles escolhidas, mas em condições directamente obtidas e herdadas do passado”;

2º - As formações sociais passadas são reproduzidas, apropriadas, destituídas e transformadas enquanto outras são inventadas nas práticas e nas interacções (face-a-face) da vida quotidiana dos autores;

3º - Esta herança passada e este trabalho quotidiano rasgam-se sobre um campo de possibilidades no futuro. Assim, segundo Corcuff (2001: 23), “a acção histórica, deposita-se e objectiva-se numa exterioridade que pesa sobre o existente como um constrangimento interminável mas que, no entanto, ao mesmo tempo lhe proporciona um futuro real”.

É neste contexto que se insere a nossa teoria, tentando demonstrar que as realidades sociais são *objectivadas*, em que os indivíduos e os grupos servem-se de objectivos, regras e instituições, legados pelas gerações anteriores, transformam-no para criarem um novo. *Interiorizadas*, constituído particularmente por formas de sensibilidade, de percepção, de representação e de socialização o que torna possível a interiorização do mundo exterior dos indivíduos.

CAPITULO VI: CONSTRUÇÃO DO MODELO DE ANÁLISE

O modelo de análise é o prolongamento natural da problemática, articulando de forma operacional os marcos e as pistas que serão finalmente retidos para orientar o trabalho de observação e de análise. É composto por conceitos e hipóteses estreitamente articulados entre si para, em conjunto, formarem um quadro de análise coerente (Quivy e Campenhoudt 1998: 150).

O modelo de análise, tal como refere Quivy e Campenhoudt (1998):

“...constitui a charneira entre a problemática fixada pelo investigador, por um lado, e o seu trabalho de elucidação sobre o campo de análise forçosamente restrito e precioso, por outro.”
(Quivy e Campenhoudt 1998: 109).

Na construção do nosso modelo de análise, seguimos os procedimentos proposto por Quivy e Campenhoudt (1998: 113), criando para o efeito uma tabela que nos permite definir; os *conceitos* estudados, as *dimensões* desses mesmos conceitos e os *indicadores* que iremos definir para fazer a análise correcta do tema em questão.

Tendo os mindelenses como nosso público-alvo, abordamos o *conceito* de opinião pública. Em relação à *dimensão*, seguimos a estrutura do nosso questionário, em que fizemos o levantamento das questões que pretendíamos avaliar. E, por fim, os *indicadores* que são os elemento que tomos como referencia para fazer a análise, tal como indica o quadro que se segue:

6.0 Modelo de análise da opinião pública mindelense

TABELA 4: MODELO DE ANÁLISE DE OPINIÃO PÚBLICA MINDELENSE		
Conceitos	Dimensões	Indicadores
Opinião Pública	- Conhecimento e informação do público	- Grau de conhecimento e informação do público mindelense
	- Avaliação que o público faz ao Estado e as suas funções	- Espera-se que o Estado assuma um papel mais interventivo na informação e divulgação
	- Nível de aprovação e satisfação do público	- Aceitação ou rejeição da proposta - Prioridade ou não para o país
	- Hábito de escrita na língua cabo-verdiana	- Com que frequência escreve na língua cabo-verdiana - Como se processa essa escrita

CAPITULO VII: ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Na medida em que o investigador tem de fazer uma análise e interpretação mais fiel possível dos dados recolhidos no terreno, passando por lhes conferir um maior sentido prático e para atingir esse importante objectivo recorreremos ao SPSS no tratamento estatístico dos dados.

7.0 Caracterização dos Inquiridos

Tendo em conta as características e os objectivos do estudo, os indivíduos que formam o nosso público-alvo foram classificados e caracterizados de acordo com os seguintes critérios: o ser recenseado, residir efectivamente em São Vicente, o sexo, a idade e as habilitações literárias.

7.1 Caracterização dos inquiridos segundo a idade, sexo e habilitações literárias

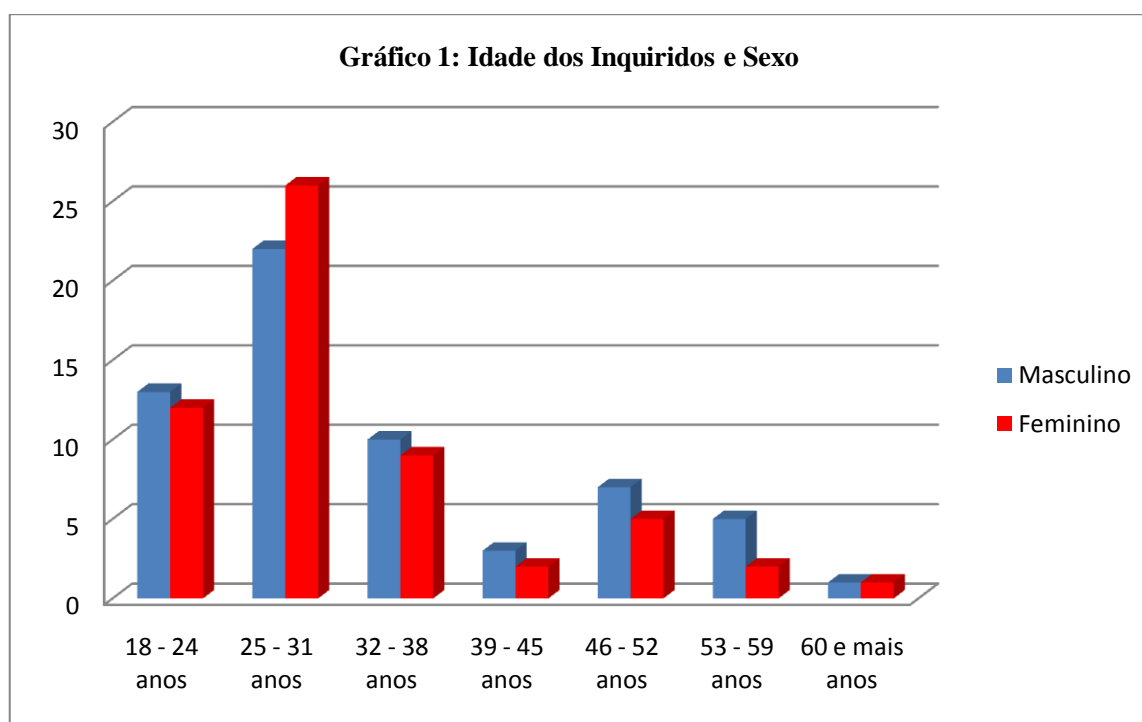
Iniciamos a análise dos dados e a sua correspondente apresentação promovendo o cruzamento de duas variáveis: sexo e a idade dos inquiridos permitindo observar a sua distribuição do ponto de vista das duas variáveis no contexto da nossa amostra.

Assim, do total dos 118 inquiridos, no que diz respeito ao sexo dos mesmos, 61 (51.7%) pertencem ao sexo masculino e 57 (48.3%) dos inquiridos correspondem ao sexo feminino.

Em relação à idade dos 118 inquiridos, 25 (21%) apresenta a idade compreendida entre os 18 a 24 anos, sendo 13 dos quais do sexo masculino e 12 feminino. No intervalo seguinte, 25 a 31 temos 48 (40.7%) indivíduos em que 22 pertencem ao sexo masculino e 26 ao feminino. De 32 a 38 anos, foram inquiridos 19 (16%) indivíduos sendo 10 dos quais do sexo masculino e 9 feminino. Com esse três intervalos, somamos 92 inquiridos (78%) da nossa amostra, logo podemos ver o peso que as pessoas com idade compreendida entre os 18 e 38 anos têm no estudo. Passamos agora para o intervalo de pessoas com idade entre os 39 a 45 anos, em que temos 5 (4%) indivíduos, 3 do sexo masculino e 2 do sexo feminino. Na faixa dos 46 a 52 anos, temos 12 (10%) inquiridos,

7 masculinos e 5 do sexo feminino. Na faixa dos 53 a 59 anos, contamos com 7 (5.9%) inquiridos, 5 dos quais masculinos e 2 femininos. Para finalizar, 2 (1.7%) indivíduos com idade acima dos 60 anos um inquirido para cada sexo.

Em termos de representatividade na amostra, os dados revelam a existência de um certo equilíbrio entre os sexos. Relativamente à idade, a maioria dos inquiridos situa-se na faixa dos 18 aos 38 anos, tal como ilustram os quadros seguintes.



Fonte: Inquérito, quadro 1 em anexo p.66.

Dando continuidade a caracterização dos inquiridos, apresentamos o *quadro 44* que permite observar as distribuições dos indivíduos segundo o grau de escolaridade. A formação académica é uma variável muito importante, isto pelo facto de nos conceder uma noção do que poderão ser as competências do indivíduo. Pretendemos com essa variável observar como varia a opinião pública mindelense face ao grau de habilitação dos inquiridos. Assim, dos 118 inquiridos 49 (41.5%) frequentam ou possuem o ensino secundário e 36 (30.5%) dos inquiridos estão enquadrados no ensino superior. Possuindo ou frequentando também o ensino médio temos 18 (15.3%) dos inquiridos e 15 (12.7%) integram o ensino básico.

Quadro 44: Habilitações literárias

	Frequência	Percentagem
Ensino Básico	15	12,7
Ensino Secundário	49	41,5
Ensino Médio	18	15,3
Ensino Superior	36	30,5
Total	118	100,0

Fonte: *Inquérito*

7.2.0 Análise e apresentação dos resultados do questionário

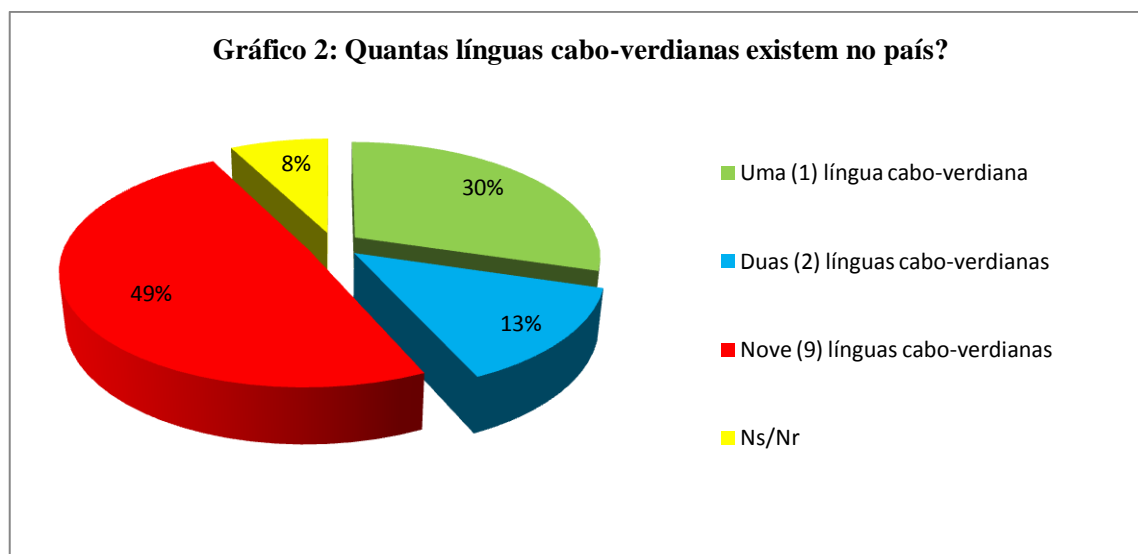
Feita a caracterização dos inquiridos, passamos a análise das informações e a verificação empírica, visto que o objectivo da investigação é responder à pergunta de partida e, para este efeito, o investigador formula hipóteses e procede às observações que elas exigem. Trate-se, de verificar se as informações recolhidas correspondem de facto às hipóteses (Quivy e Campenhoudt 1998: 211).

7.2.1 Quantas línguas cabo-verdianas existem no país

Quantas línguas cabo-verdianas existem no país? Esta questão mostrou que as pessoas têm uma certa dificuldade em diferenciar os conceitos de língua cabo-verdiana e variantes dialectais. Assim e para melhor clarificar esta questão, citamos Veiga (1982) que diz em Cabo Verde:

“...existe um único crioulo, razão por que há uma intercompreensão razoável desde as ilhas mais ao Norte (Barlavento) até às ilhas mais ao Sul (Sotavento). E isto significa que em Cabo Verde não há nove crioulos como alguns ingenuamente afirmam, mas um único crioulo, o qual actualiza-se em diversas variantes dialectais.” (Veiga 1982: 29).

Mas quando se pergunta aos inquiridos quantas línguas cabo-verdianas pensa existirem em Cabo Verde, dos 118 indivíduos, 58 dos inquiridos (49%) respondem nove (9) línguas cabo-verdianas, 35 o que equivale a (30%) responderam pensar existir apenas uma (1), enquanto que 16 dos inquiridos (13%) responderam que existe duas (2) línguas no País.



Fonte: *Inquérito, quadro 8 em anexo p.67.*

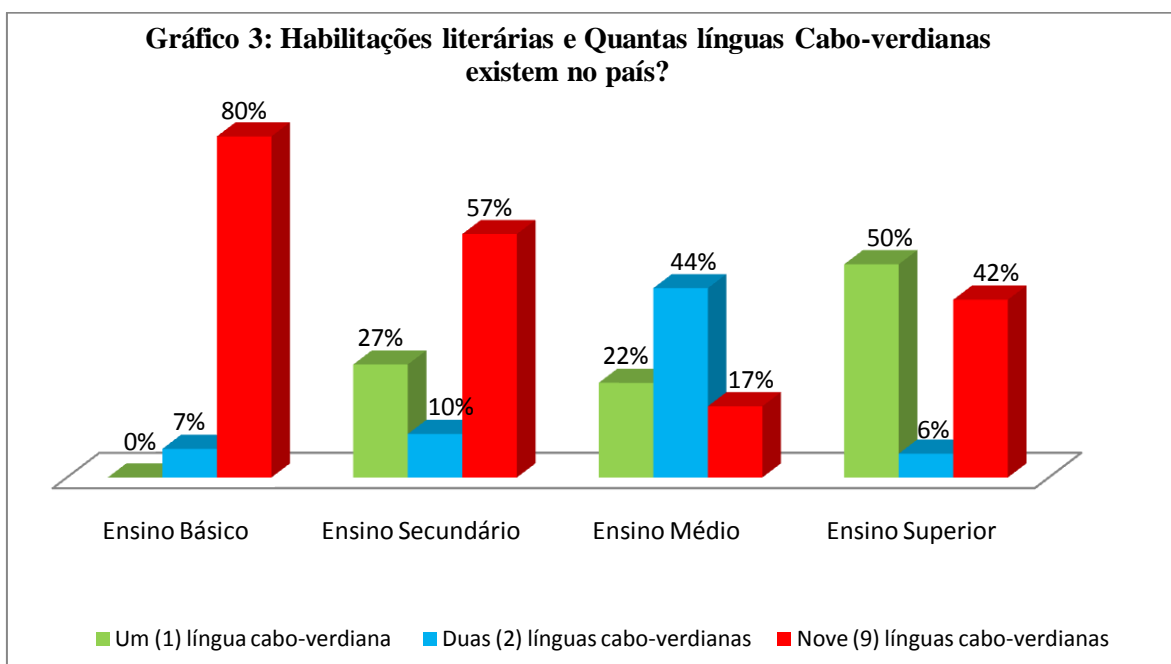
7.2.2 Habilitações Literárias e a pergunta "Quantas línguas cabo-verdianas existem no país?"

Na questão anterior apenas 30% dos 118 inquiridos responderam que em Cabo Verde existe apenas uma língua cabo-verdiana e os restantes 70% responderam que temos duas ou também nove línguas cabo-verdianas no país. Assim, pretendemos com o cruzamento entre a variável *habilitação literária* e a pergunta *quantas línguas cabo-verdianas pensa existir no país*, verificar se o nível de escolaridade e as informações recebidas nas instituições educativas poderão influenciar a resposta que as pessoas dão, levando-as a responderem de forma correcta ou incorrecta a questão.

Dos indivíduos com o ensino básico, 80% responderam que temos nove línguas cabo-verdianas, no ensino secundário 57% dos inquiridos responderam que temos nove línguas e 27% que temos uma só língua cabo-verdiana. No ensino médio 44% dos inquiridos responderam que temos duas línguas, 22% que temos uma só e 17% que temos nove línguas. No que diz respeito ao ensino superior, 50% dos inquiridos responderam que temos uma língua e 42% que temos nove línguas cabo-verdianas.

Concluimos com o cruzamento que a variável *habilitação literária* não é um requisito fundamental para responder correctamente à questão, visto que mesmo entre os indivíduos que estão enquadrados no ensino superior, 48% responderam de forma errada a questão.

Estes dados deixam também transparecer alguma fragilidade no sistema de ensino de Cabo Verde em relação a transmissão e preservação da Cultura do país.



Fonte: Inquérito, quadro 2 em anexo p.66.

7.2.3 Oficialização da língua cabo-verdiana em Cabo Verde

Para saber a opinião dos Mindelenses em relação a oficialização da língua cabo-verdiana, temos que saber primeiramente se as pessoas já ouviram falar neste processo. Assim sendo, podemos verificar que dos 118 inquiridos, a grande maioria, já ouviu falar numa possível oficialização da língua cabo-verdiana, mais concretamente 102 indivíduos o que corresponde a (86,4%) da amostra, e apenas 15 dos inquiridos o equivalente a (12,7%), respondeu não ter ouvido falar na oficialização da língua cabo-verdiana.

Por conseguinte, com a análise dos dados do *quadro 9*, podemos refutar a *1ª hipótese: grande percentagem da população do Mindelo nunca ouviu falar e nem sabe o que significa a oficialização da língua cabo-verdiana*, na medida em que os dados revelam que a grande maioria dos inquiridos (86%), responderam que já ouviram falar numa possível oficialização da língua cabo-verdiana em Cabo Verde, mostrando que este não é um tema estranho, nem que passa despercebido a atenção da opinião pública mindelense.

Dos 102 inquiridos que responderam *sim*, que já ouviram falar na oficialização da língua cabo-verdiana, desses 73 (61,2%) ouviram na televisão e rádio, 17 (14,4%) no jornal ou revistas e apenas 11 (9,3%) responderam ter ouvido falar na escola.¹¹

Concluimos que os *mass media* têm um papel fundamental na informação das pessoas e ficando bem visível que as instituições de ensino deverão ter um papel mais interventivo ao nível da formação e informação das pessoas em relação a este processo de oficialização da língua no país.

Quadro 9: Já ouviu falar na Oficialização da língua cabo-verdiana em Cabo Verde?

	Frequência	Percentagem
Sim	102	86,4
Não	15	12,7
Ns/Nr	1	,8
Total	118	100,0

Fonte: *Inquérito*

Dos 118 inquiridos que responderam, já terem ouvido falar na oficialização da língua cabo-verdiana, 70% diz saber o que significa, 30% responde que não sabe o significado deste processo.

Quadro 11: Sabe o que significa oficializar a língua cabo-verdiana?

	Frequência	Percentagem
Sim	83	70,3
Não	31	26,3
Ns/Nr	4	3,4
Total	118	100,0

Fonte: *Inquérito*

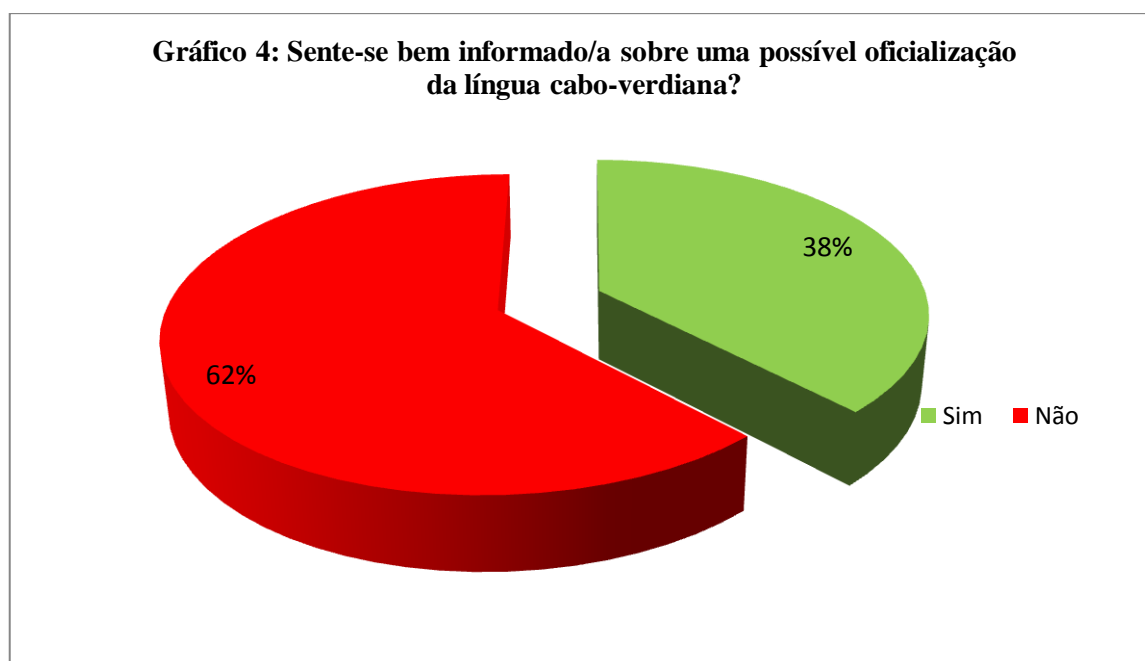
¹¹ Fonte: *Inquérito*, consultar o *quadro 10* em anexo p.66.

7.2.4 Sentir-se bem informado em relação oficialização da língua cabo-verdiana

Na questão anterior, 86.4% dos inquiridos responderam já ter ouvido falar na oficialização da língua cabo-verdiana, mas o facto não implica necessariamente que se sintam bem informados em relação ao tema. É que quando questionados, dos 118 inquiridos, 71 o equivale a (60,2%) dizem que não se sentem bem informados em relação a uma possível oficialização da língua Cabo-verdiana, enquanto 43 (36,4%) respondem que estão bem informados.

Quando se pergunta o porque da sua resposta, os inquiridos que responderam *não*, justificam com o facto das autoridades responsáveis não passarem as informações necessárias e também por considerarem que este é um processo muito complexo. Relativamente a aqueles que se sentem bem informados, justificam dizendo que têm a preocupação de acompanhar as notícias.

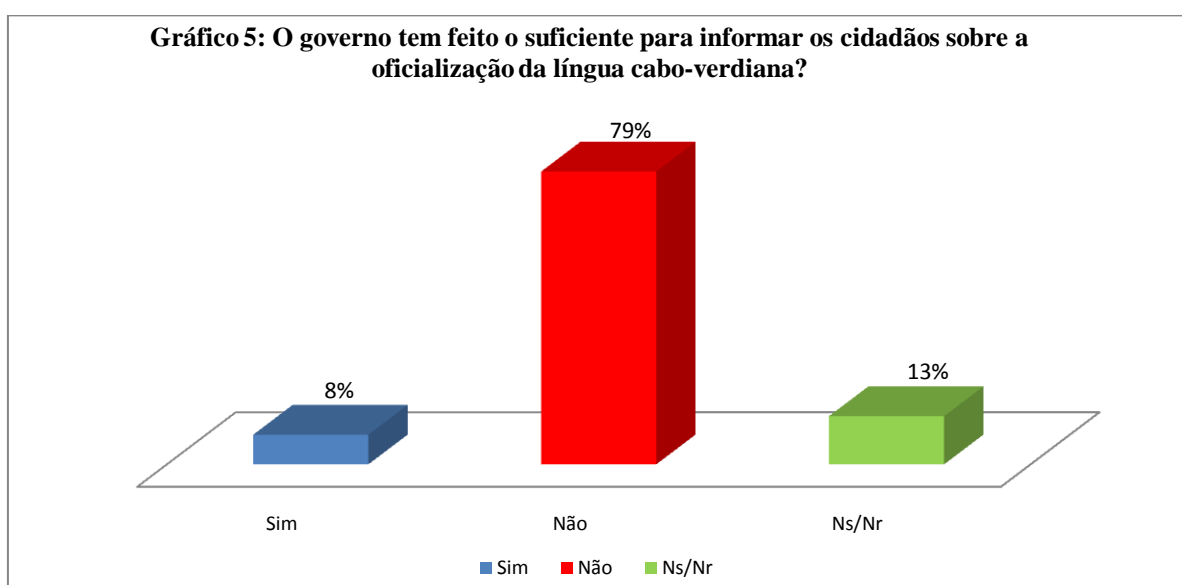
E quando se pergunta, de uma forma geral em São Vicente, se as pessoas estão bem informadas em relação a oficialização da língua cabo-verdiana, 67.8% dos inquiridos responderam que as pessoas não estão bem informadas, 15.3% pensam que sim e 16.9% dos não sabem responder.



Fonte: Inquérito, quadro 15 em anexo p.68.

7.2.5 Desempenho do governo de Cabo Verde

Quando os inquiridos são chamados para avaliar o desempenho do governo, no que respeita a função de informar os cidadãos em relação à oficialização da língua cabo-verdiana no país, podemos verificar que dos 118 inquiridos, 92 (78%) respondem categoricamente que o governo não tem feito o suficiente para informar as pessoas em relação a este processo, apenas 10 (8,5%) dos inquiridos respondem que o governo de Cabo Verde tem feito o suficiente para manter as pessoas bem informadas.



Fonte: *Inquérito, quadro 17 em anexo p.69.*

Tal como se pode verificar com as leituras feitas no *Gráfico 4*, (62%) dos inquiridos não se sentem bem informados em relação a uma possível oficialização da língua cabo-verdiana. E avaliando o desempenho do governo ao nível da informação, no *Gráfico 5* (79%) dos inquiridos consideram insuficiente o trabalho do governo na promoção da oficialização da língua. Estas percentagens revelam uma certa desarticulação entre as políticas linguísticas e educativas do governo e a sociedade civil e nota-se claramente que a mensagem não tem passado. Neste sentido, é urgente reverter o actual cenário de forma a possibilitar a tão falada “valorização da língua cabo-verdiana”, isto de uma forma mais empírica e real.

Dos muitos esforços individuais no sentido da utilização e da oficialização da língua cabo-verdiana, nenhum deles foi tão intenso ou tão persistente como o de Manuel Veiga,

Ministro da Cultura da República de Cabo Verde de Outubro de 2004 a Fevereiro de 2010 (Rosa 2010: 52). O facto de ter passado seis anos no governo e não ter conseguido nem oficializar a língua e nem criar condições para que as pessoas estivessem minimamente informadas, o antigo Ministro da Cultura também é considerado um dos principais responsáveis pela situação actual de desconhecimento e de falta de informação em relação a esta matéria. Como é evidente, partilha esta responsabilidade com o seu governo, isto porque cabe ao estado de Cabo Verde a promoção e divulgação da oficialização da língua materna dos cidadãos.

Citando a constituição da República de Cabo Verde, *artigo 7º* alínea *i*, é tarefa do Estado:

“Preservar, valorizar e promover a língua materna e a cultura de cabo-verdiana.”¹²

Ainda citando a constituição da República de Cabo Verde *artigo 78º* alínea *f*, é também tarefa do Estado:

“Promover a defesa, a valorização e o desenvolvimento da língua materna cabo-verdiana e incentivar o seu uso na comunicação escrita.”¹³

Logo, para que as pessoas possam ter mais e melhor informação e assim poderem formar uma opinião, é necessário ter em atenção como está é transmitida. Segundo Giddens (2004) estudos sociológicos revelam que de uma forma geral:

“...grande parte das pessoas não lê jornais, os noticiários televisivos tornam-se assim uma fonte de informação crucial sobre os acontecimentos...”
(Giddens 2004: 462).

Do ponto de vista prático, o pensamento de Giddens tem enquadramento no contexto de São Vicente, visto que foi pela televisão e rádio que 61.9% dos inquiridos ouviram falar na possível oficialização da língua cabo-verdiana e apenas 14,4% tomaram conhecimento do tema pelos jornais ou revistas. Estes dados poderão indicar-nos que também em São

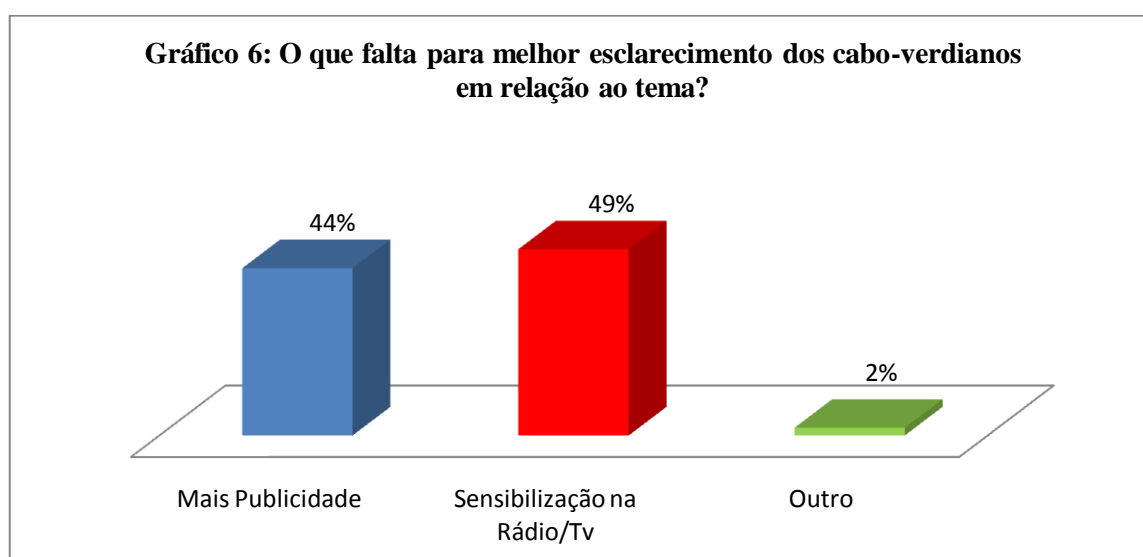
¹² ASSEMBLEIA NACIONAL, 2000. *Constituição da República de Cabo Verde*. Praia: Assembleia Nacional, p10.

¹³ *Ibidem*, p50.

Vicente as pessoas não têm o hábito de ler jornais, mostrando-se necessário fazer essa promoção, reforçando esta divulgação em outros órgãos como é o caso das instituições educativas.

Quando se pergunta o que falta para melhor esclarecimento dos cabo-verdianos em relação à matéria, 58 (49,2%) dos 118 inquiridos responderam que seria necessário mais sensibilização na rádio e na televisão e 53 (44,9%) acham que deveria haver mais publicidade e divulgação do tema. Assim sendo, poder-se-á inferir grande importância dos *mass media* no âmbito do processo.

Mais uma vez a opinião pública mindelense mostra a sua preferência em termos de informação pela televisão e rádio, ficando clara que as pessoas não vêm a escola por exemplo, como meio de informação por excelência.



Fonte: Inquérito, quadro 18 em anexo p.69.

7.2.6 Concorda ou não com a oficialização da língua cabo-verdiana?

O gráfico 7 revela a opinião dos inquiridos quando questionados *se concordam ou não com uma possível oficialização da língua cabo-verdiana*. Neste caso, dos 118 inquiridos, 53% dos mesmos discordam totalmente desta medida, contrastando ao nível da opinião com os 25% que são a favor e que concordam plenamente com esta medida e ainda temos aqueles 19% que dizem não terem uma opinião formada em relação ao tema.

Centrando-se nos 53% dos inquiridos que discordam totalmente com a medida, de ter em atenção as razões por eles apontadas: uma delas, é porque temos uma grande diversidade de “crioulos”, depois pelo facto de pensarem que vão oficializar o “crioulo da Praia” e, por fim, justificam com o facto de acharem que esta medida vai gerar conflitos e dividir o país. A par disso, há os 25% dos inquiridos que concorda com esta medida, contrapõe com o seguinte argumento: é a nossa língua de origem e tem que ser valorizada. Já relativamente aos 19% que não tem uma opinião formada, entendem que primeiro é necessário criar condições e só depois avançar com este processo e uma outra parte preferem uma continuidade, com o português como língua oficial nacional.¹⁴

Observando os dados ilustrados no *gráfico 7*, podemos concluir que a maioria dos inquiridos discorda totalmente com a oficialização da língua cabo-verdiana, por considerarem que vão oficializar o “crioulo da Praia” ou ainda por considerar que “esta medida vai gerar conflitos e dividir o país” e por fim “a grande diversidade de crioulos” confirmando assim a nossa 2^a hipótese: *a opinião pública mindelense não concorda com a oficialização da língua cabo-verdiana por considerarem que a variante de Santiago será implementada como língua oficial no país.*

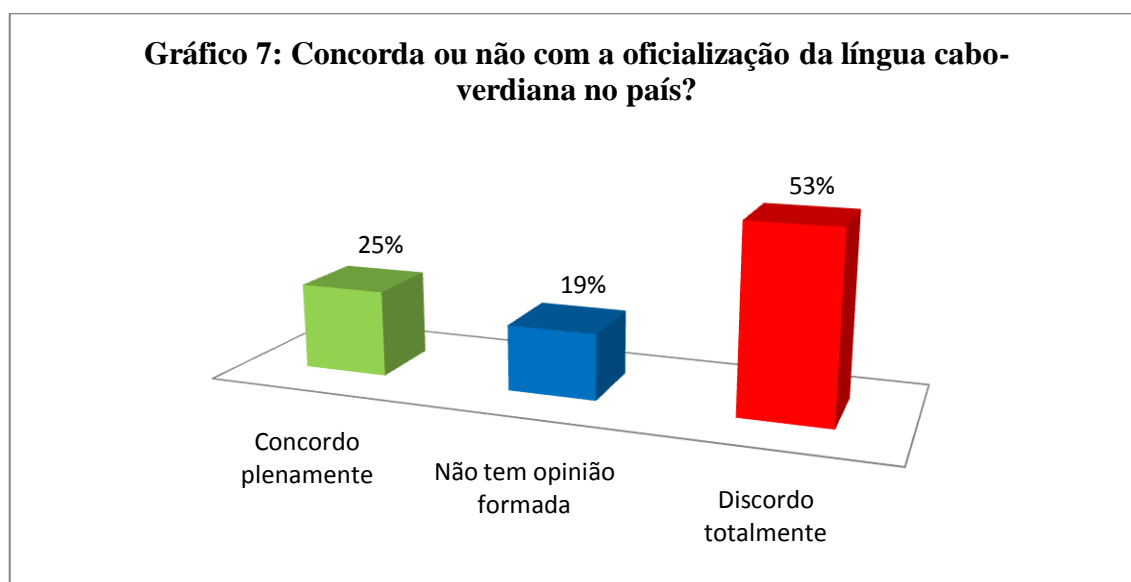
O *gráfico 7* permite também, por outro lado, responder a nossa pergunta de partida; *Qual a opinião dos Mindelenses face ao processo de oficialização da língua cabo-verdiana em Cabo Verde?*

Podemos reforçar estas ideias se tivermos em consideração que Rosa (2010), aponta como sendo um dos grandes obstáculos a ultrapassar para a oficialização da língua cabo-verdiana, o chamado “discurso das variantes”. Dos dados obtidos na sua pesquisa, relativamente as entrevistas realizadas em São Vicente, podemos concluir que:

“...Pessoas de fora de Santiago exprimiram relutância em considerar a oficialização do crioulo, quando perceberam que o processo implicaria a oficialização de uma variante específica do crioulo, subordinando assim as outras variantes a esta. Algumas exprimiram uma desobediência categórica ao processo de oficialização, caso este implicasse a alteração da sua própria variante.” (Rosa 2010: 55)

¹⁴ Fonte: Inquérito, consultar o *quadro 21* em anexo p.69.

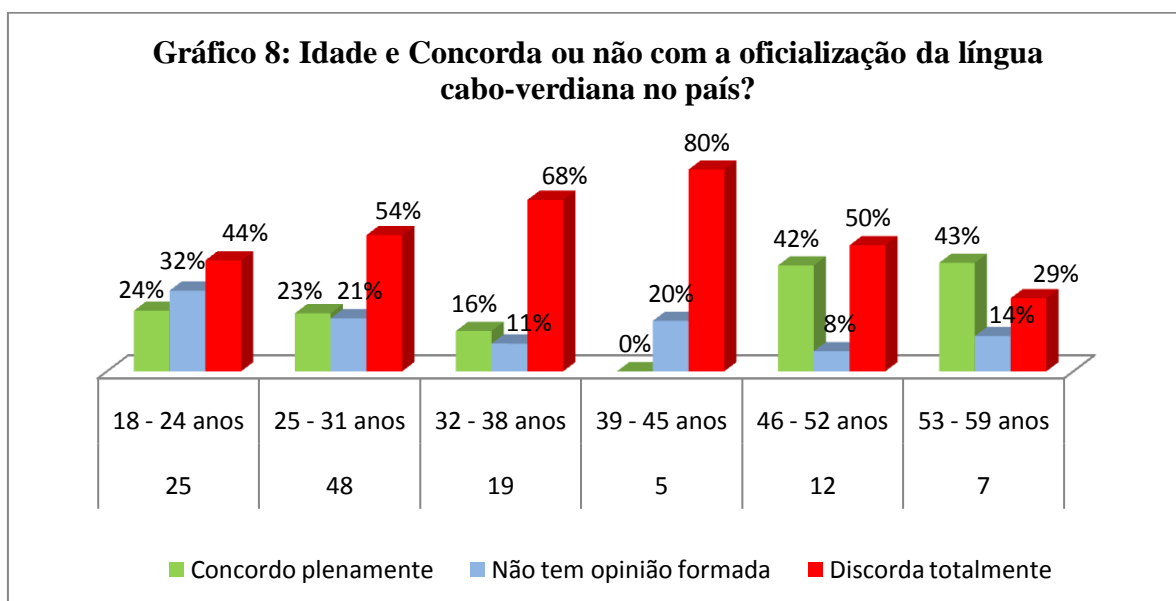
Para Rosa (2010), o “discurso das variantes” torna-se particularmente significativo sempre que as pessoas se referem à comunicação escrita. Elas entendem que dadas as diferenças linguísticas das diversas ilhas, seria difícil desenvolver um sistema de escrita. Já por exemplo na ilha de Santiago, há menos resistência em relação ao processo de oficialização da língua cabo-verdiana, isto só para comparar com a ilha de São Vicente (Rosa 2010: 57).



Fonte: Inquérito, quadro 20 em anexo p.69.

Após observarmos que a opinião pública mindelense é maioritariamente desfavorável à oficialização da língua cabo-verdiana em Cabo Verde, passamos agora a analisar as suas opiniões de uma forma fragmentada, segundo a idade dos inquiridos. Assim, podemos observar que na faixa dos 18 a 24 anos, a maioria 44% não concordam com a oficialização da língua cabo-verdiana, 32% ainda não tem uma opinião formada em relação ao tema e apenas 24% dos inquiridos são a favor deste processo. Na faixa dos 25 a 31 anos, a grande maioria 54% discorda totalmente com esta medida, verificando um certo equilíbrio percentual entre os que concordam 23% e os que não têm opinião formada 21%. No intervalo entre 32 e 38 anos, a percentagem de inquiridos que discorda totalmente é de 68%, verificando-se novamente o equilíbrio percentual entre os que concorda 16% e os que não tem opinião formada 11%. Na faixa etária dos 39 a 59, 80% dos inquiridos, discorda totalmente com a oficialização da língua em Cabo Verde e 20% dos inquiridos não tem opinião formada. Dos 46 aos 52 anos, a percentagem dos que discorda 50% e dos que concordam 42%, encontra-se equilibrada. Somente na faixa dos 53 aos 59 anos

encontramos a percentagem de inquiridos que concorda com a medida 43%, contra os 29% que se revela discordantes.



Fonte: *Inquérito, quadro 4 em anexo p.66.*

Antes mesmo de avançar para uma possível oficialização da língua, as pessoas acham que o tema deveria ser mais debatido, de forma a esclarecer os cidadãos, visto que dos 118 inquiridos, 106 (89.8%) defendem a ideia de que deve haver mais debates e apenas 5 (4.2%) pensa que não.

Quadro 19: Gostaria que houvesse mais debate em relação à oficialização da língua cabo-verdiana?

	Frequência	Percentagem
Sim	106	89,8
Não	7	5,9
Ns/Nr	5	4,2
Total	118	100,0

Fonte: *Inquérito*

Em relação ao *timing* para oficializar a língua, 87 (73.7%) não consideram este o momento certo para oficializar a língua cabo-verdiana e apenas 13 (11%) consideram este o momento certo para oficializar o cabo-verdiano.

Quadro 22: Neste momento a oficialização da língua cabo-verdiana é uma prioridade para o país?

	Frequência	Percentagem
Sim, considero	13	11,0
Não considero	87	73,7
Ns/Nr	18	15,3
Total	118	100,0

Fonte: *Inquérito*

7.2.7 ALUPEC: Alfabeto Unificado para Escrita da Língua Cabo-verdiana

Tal como ficou mencionado na parte introdutória do estudo, o ALUPEC é um alfabeto para a escrita uniforme da língua cabo-verdiana, aprovado pelo governo de Cabo Verde a título experimental no ano de 1998 pelo *Decreto-Lei n° 67/98*.

No quadro seguinte, apresenta os resultados da pergunta, se os inquiridos *sabem que a língua cabo-verdiana já possui um alfabeto para normaliza a sua escrita*. Podemos verificar que 52 (44.1%) dos inquiridos, já ouviram falar desse alfabeto e que 63 (53.4%) dos inquiridos responderam não terem ouvido falar do alfabeto.

Quadro 28: Sabe que a língua cabo-verdiana, já possui um alfabeto para normalizar a sua escrita?

	Frequência	Percentagem
Sim	54	45,8
Não	63	53,4
Ns/Nr	1	,8
Total	118	100,0

Fonte: *Inquérito*

Mas antes de colocar a referida questão, fizemo-la preceder por uma pergunta relacionada com o grau de conhecimento relativo à existência de alfabeto, sem mencionar o termo ALUPEC, pretendendo com isso avaliar em que medida as pessoas associavam o alfabeto à sigla ALUPEC, o que não se verificou.

A esse propósito, talvez o assunto da oficialização da língua cabo-verdiana ou *oficialização do crioulo*, como é vulgarmente conhecido pelas pessoas, seja um assunto mais mediático e atraia mais a atenção das pessoas, visto que dos 118 inquiridos, 102 (86.4%) responderam já ter ouvido falar da oficialização da língua cabo-verdiana.

Porém, na tabela seguinte, quando perguntámos directamente às pessoas se *já ouviram falar do ALUPEC*, deparámos com uma inversão dos resultados em relação a oficialização da língua cabo-verdiana. Isto porque, dos 118 inquiridos que responderam a questão, 71 (60.2%) assumiram nunca ter ouvido falar no ALUPEC e somente 44 (37.3%) admitiram já ter ouvido falar no ALUPEC.

Com base nos dados fornecidos pelo *quadro 30*, podemos confirmar a nossa 3ª hipótese: *Uma grande percentagem da população da Cidade do Mindelo nunca ouviu falar e nem sabe o que significa do ALUPEC (Alfabeto Unificado para a Escrita do Cabo-verdiano)*, visto que a maioria dos inquiridos (60%) admitiu nunca ter ouvido falar no ALUPEC.

Além disso, dos 44 (37.3%) inquiridos que já ouviram falar no ALUPEC, 30 (25.4%) responderam que foi pela televisão ou rádio, 11 (9.3%) pelo jornal ou revistas. O mesmo facto ocorreu quando perguntamos as pessoas se tinha conhecimento da proposta de oficialização da língua cabo-verdiana. Mais uma vez saía reforçado a importância dos *mass media* no processo de divulgação e sensibilização das pessoas.

Quadro 30: Alguma vez já ouviu falar em ALUPEC?

	Frequência	Percentagem
Sim	44	37,3
Não	71	60,2
Ns/Nr	3	2,5
Total	118	100,0

Fonte: *Inquérito*

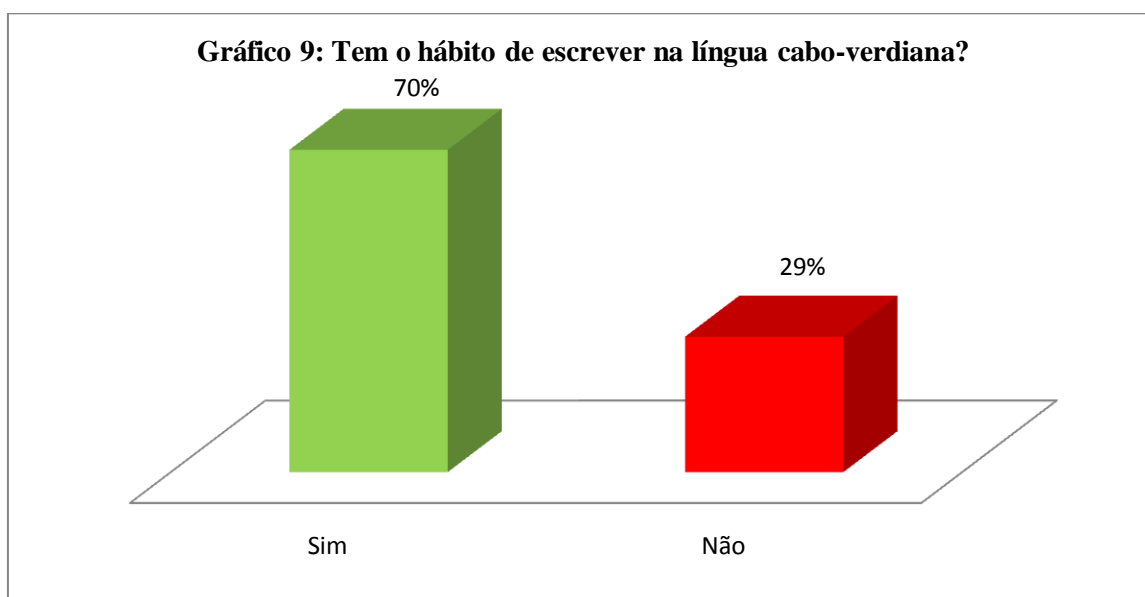
7.2.8 Escrever na língua cabo-verdiana

Actualmente em Cabo Verde, tem-se criado o hábito de escrever usando a língua cabo-verdiana; pode afirmar-se que escrever na nossa língua tornou-se uma moda nacional.

Muitas publicidades são feitas e escritas usando a língua cabo-verdiana, as mensagens por telemóvel, correio electrónico e nos sites de relacionamento como o *Facebook*.

Assim, neste capítulo pretendemos identificar quem utiliza a língua cabo-verdiana para escrever, como se processa essa escrita, se é ou não com base nas regras definidas pelo ALUPEC, em que contexto o alfabeto é utilizado e os motivos que levam as pessoas a escrever na língua cabo-verdiana.

Neste caso, podemos constatar que 83 (70%) dos inquiridos têm o hábito de escrever na língua cabo-verdiana e somente 34 (29%) dos mesmos responderam que não têm o hábito de escrever usando a língua cabo-verdiana. E dos 83 (70%) inquiridos que assumiram usar a língua cabo-verdiana para escrever todos responderam que escrevem de qualquer forma, sem preocupar em utilizar o ALUPEC, talvez por desconhecerem o sistema.



Fonte: *Inquérito, quadro 35 em anexo p.72.*

Podemos observar claramente no *gráfico 9*, que a maioria dos inquiridos tem o hábito de utilizar a língua cabo-verdiana para escrever. Já o *quadro 36*, permite-nos confirmar a nossa 4ª hipótese: *Uma grande percentagem dos inquiridos que habitualmente escreve usando a língua cabo-verdiana, não o faz recorrendo ao ALUPEC*, em que a esmagadora maioria dos inquiridos, 70 % não utilizam o ALUPEC para escrever na língua cabo-verdiana, fazendo essa mesma escrita de qualquer forma, sem ter em consideração as regras estabelecidas pelo ALUPEC.

Quadro 36: Geralmente escreve na língua cabo-verdiana de qualquer forma, ou com base no ALUPEC?

	Frequência	Percentagem
De qualquer forma	83	70,3
Com base no ALUPEC	1	,8
Ns/Nr	4	3,4
Total	88	74,6
Missing	30	25,4
	118	100,0

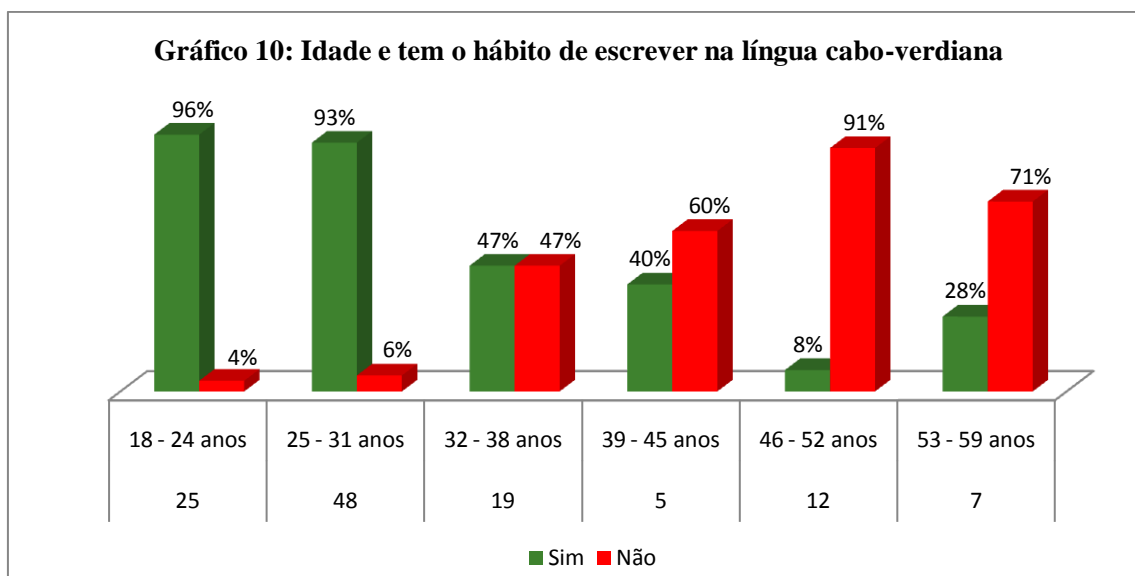
Fonte: *Inquérito*

Em relação às pessoas que têm o hábito de escrever usando o cabo-verdiano, podemos verificar que esse fenómeno ou preferência acontece nas pessoas mais novas. Dos indivíduos que responderam à questão podemos verificar que é na faixa do 18 aos 31 anos que há uma maior preferência em escrever na língua cabo-verdiana.

Assim, dos inquiridos com idade compreendida entre os 18 a 24 anos, 96% destes usam o cabo-verdiano para escrever, ou seja a maioria, enquanto apenas 4% não o fazem. Das com 25 a 31 anos e que responderam positivamente a questão, 93% têm o hábito de usar o cabo-verdiano para escrever e 6% responderam negativamente a questão. Entre os 32 e 38 anos registou-se um empate, com 47% a responde que escreve e que não escreve.

Já no intervalo entre os 39 a 59 anos as pessoas responderam que não têm o hábito de escrever na língua cabo-verdiana, com percentagens a rondar os 60% entre os 39 a 45 anos, 91% dos 46 a 52 anos e 71% dos 53 a 59 anos.

Podemos concluir facilmente que os mais jovens têm mais entusiasmo para escrever na língua cabo-verdiana e os resultados revelam claramente que quanto mais avançarmos nas idades o hábito de escrever em “crioulo” diminui consideravelmente. As explicações para facto de os mais jovens estarem mais direccionados para a escrita na língua cabo-verdiana, poderão estar relacionados com a vertente lúdica que as pessoas atribuem à língua cabo-verdiana o que podemos verificar no ponto seguinte do trabalho quando abordarmos a utilização da língua cabo-verdiana na escrita.



Fonte: Inquérito, quadro 3 em anexo p.66.

7.2.9 Utilização da língua cabo-verdiana na escrita

Importante também será observar em que circunstâncias e domínios linguísticos que as pessoas usam a língua cabo-verdiana para escrever. Dos que responderam à questão e que têm o hábito de escrever na língua cabo-verdiana, 43 (36%) fazem-no através dos SMS, logo a seguir vem o Messenger com 31 (26%) e o E-mail vêm por último com apenas 11 (9.3%) dos inquiridos.

Quando se questiona o porquê dessa preferência, os inquiridos apontam as seguintes razões: porque é mais fácil expressar escrevendo em “crioulo”, é mais interessante e divertido, está na moda ou então porque é a nossa língua.

Quadro 37: Costuma utilizar a língua cabo-verdiana para escrever em que circunstâncias?

	Frequência	Percentagem
E-mail	11	9,3
Messenger	31	26,3
Sms	43	36,4
Ns/Nr	1	,8
Total	86	72,9
Missing	32	27,1
	118	100,0

Fonte: Inquérito

CAPITULO VIII: CONCLUSÃO

Chegados a esta fase do trabalho podemos dizer com relativa segurança que conseguimos alcançar os objectivos delineados para o nosso estudo. De uma forma geral pretendíamos conhecer a opinião que o público mindelense tem face a uma possível oficialização da língua cabo-verdiana no país, no contexto actual e esse objectivo foi conseguido, já que de uma forma empírica observámos algumas das ideias do censo comum em relação ao tema.

Com o presente estudo de modo algum fica esvanecida a pertinência nem o interesse que o tema possa ter, mas sim este estudo deve ser encarado como um incentivo e, na medida do possível, um ponto de partida para futuros trabalhos de investigação.

Considerando os resultados obtidos com a análise e tratamento dos dados provenientes do inquérito por questionário, de seguida passamos à apresentação das principais conclusões em forma de síntese:

Concluimos que a grande maioria das pessoas na Cidade do Mindelo, independentemente da sua faixa etária ou até mesmo grau de habilitação literária, demonstraram alguma dificuldade em definir ou diferenciar os conceitos de *língua cabo-verdiana* e de *variantes dialectais*, o que causa nas pessoas alguma dificuldade em compreender na sua plenitude ou até aceitar o processo de oficialização da língua em Cabo Verde.

Contrariamente ao previsto na *1ª hipótese*: *Possivelmente, uma grande percentagem da população do Mindelo, nunca ouviu falar na oficialização da língua cabo-verdiana*, os dados recolhidos revelaram que a esmagadora maioria, 86,4% dos inquiridos já ouviram falar na oficialização da língua em Cabo Verde, refutando assim esta hipótese.

A maioria dos inquiridos já ouviu falar no tema, mas também concluimos com a pesquisa que a maioria dos inquiridos não se sente bem informados em relação a uma possível oficialização da língua cabo-verdiana. Classificando de forma negativa o desempenho do governo de Cabo Verde, considerando que o mesmo não tem feito o suficiente para manter as pessoas bem informadas. Considerando os mesmos inquiridos que será necessário mais e melhor sensibilização através da rádio e televisão como também mais publicidade do tema para que as pessoas possam ter uma opinião bem sustentada. Ficaram, de uma forma

geral, a escola e o ensino de fora neste processo de informação e sensibilização, algo que entendemos que terá que ser alterado, num futuro próximo e de modo urgente.

Uma das questões centrais do estudo era saber se a opinião pública mindelense concordava ou não com a oficialização da língua cabo-verdiana no país. Concluímos com o estudo que a maioria, 53% dos inquiridos, discorda totalmente desta medida, sustentando as suas opiniões no facto de em Cabo Verde haver uma grande diversidade de “crioulos”, confirmando a tese de Rosa (2010) quando diz que um dos obstáculos reais a oficialização da língua cabo-verdiana é o chamado de “discurso das variantes” (Rosa 2010: 50). Também pelo facto de pensarem que a variante de Santiago ou “crioulo da Praia” é que será implementado como língua oficial em no país, confirmando assim a nossa 2ª hipótese: *opinião pública mindelense, não concorda com a oficialização da língua cabo-verdiana, por considerarem que a variante de Santiago será implementada como língua oficial.*

A opinião pública mindelense espera que haja mais debate antes mesmo de avançar para a oficialização da língua de forma a esclarecer os cidadãos, considerando que este não é o momento ideal para oficializar a língua e que o país tem outras prioridades mais importantes.

O nosso governo pretende oficializar a língua cabo-verdiana; verificamos com os dados recolhidos que a maioria, 60% dos inquiridos, nunca ouviram falar no ALUPEC, não sabem que a nossa língua já possui um alfabeto reconhecido pelo estado que permite a normalização da escrita do cabo-verdiano. O que confirma a nossa 3ª hipótese: *uma grande percentagem da população do Mindelo nunca ouviu falar e nem sabe o que significa o ALUPEC.*

Outra importante conclusão do estudo é que a esmagadora a maioria dos inquiridos tem o hábito de escrever utilizando a língua cabo-verdiana, mas essa escrita é feita “de qualquer forma” não utilizando o ALUPEC, por desconhecerem o alfabeto. Importa ainda referir que a sua utilização concentra-se nas camadas mais jovens entre os 18 aos 31 anos, que o utilizam com frequência nos sites de relacionamento como o *Facebook*, no envio de mensagem por *SMS*, *e-mail* e no *Messenger*. Apontando razões como: *é mais fácil expressar escrevendo em crioulo, é mais interessante e divertido, está na moda ou então porque é a nossa língua.* Assim, a escrita na língua cabo-verdiana, é encarada numa

perspectiva lúdica e de divertimento, mas não como um meio legítimo e serio de transmissão de conhecimento e de valores por exemplo.

Pelo apresentado, esperamos ter cumprido com os objectivos traçados no projecto e com a análise dos resultados obtidos pelo questionário ter objectivamente respondido à nossa pergunta de partida.

CAPITULO IX: RECOMENDAÇÕES

Tendo em atenção os resultados obtidos e as conclusões a que chegamos e sem ter a pretensão de apontar eventuais medidas a serem adoptadas pelas autoridades competentes, apresentamos algumas ideias que na nossa perspectiva e segundo os dados obtidos seriam pertinentes de avançar no âmbito do estudo.

De um modo geral, observamos que existe na realidade uma grande carência ao nível da informação e conhecimento por parte das pessoas na Cidade do Mindelo em relação a oficialização da língua cabo-verdiana, demonstrando em certos casos uma falta de sensibilidade para com este processo. Outro aspecto muito relevante que ficou exposto com o estudo, é a falta de eficácia do sistema de ensino na formação e sensibilização das pessoas em relação realidade linguística de Cabo Verde.

Assim torna-se necessário que as autoridades competentes promovam a sensibilização da sociedade civil, para que esta reconheça e valorize a diversidade linguística e cultura cabo-verdiana, levando a cabo campanhas de sensibilização ao nível de todo o território nacional de forma a informar e esclarecer os cidadãos antes mesmo de avançar com o processo de oficialização da língua cabo-verdiana, para que estas possam acompanhar esta transformação.

Deve-se investir na formação de profissionais com competências linguísticas que posteriormente poderão transmitir os seus conhecimentos nas instituições de ensino do país, para que estas possam ter um papel mais activo na transmissão de informação e conhecimento as pessoas.

Ao nível da educação e das instituições de ensino em Cabo Verde, consideramos que seria muito importante fazer um trabalho de base, com a introdução de uma disciplina no ensino básico que permitisse a iniciação e familiarização a escrita do crioulo utilizando o ALUPEC como alfabeto.

Sugerimos também que se amplie o campo de pesquisa e se reforçar a investigação científica em matéria linguística e cultura, para que se possa conhecer mais e melhor a nossa realidade e assim poder delinear uma estratégia e uma politica linguística mais consistente e contextualizada a nossa realidade.

BIBLIOGRAFIA

ALMADA, HOPFFER, DAVID. 2006. *Pela Cultura e pela Identidade em Defesa da Caboverdianidade*. Praia: Instituto da Biblioteca e do Livro.

Análise dos dados: <http://unicvkriolus.wordpress.com/>, 27-06-2011, 19:42.

ASSEMBLEIA NACIONAL, 2000. *Constituição da República de Cabo Verde*. Praia: Assembleia Nacional.

Boletim Oficial I Série – Número 48, Quinta-feira 31 de Dezembro de 1998.

Cálculo da dimensão da amostra:

Caracterização da Cidade do Mindelo:

Contextualização do tema: http://pt.wikipedia.org/wiki/Crioulo_cabo-verdiano, consultado: 04 de Abril 2011, 15:51.

Contextualização do tema: http://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%ADngua_oficial, consultado: 29 de Abril 2011, 17:33.

CORCUFF, P. 2001. *As Novas Sociologias: Construção Social da Realidade*. Bauru, SP: Editora EDUSC.

CRE, dados da Comissão recenseamento eleitoral de São Vicente, consultado: 07 de Novembro de 2010, 12:30

Definição de língua cabo-verdiana: http://pt.wikipedia.org/wiki/Crioulo_cabo-verdiano, consultado: 02 de Maio 2011, 17:32.

DUARTE, D. 1998. *Bilinguismo ou Diglossia?*. Praia: Spleen Edições.

E. ANDRADE, M. MOTA e D. PERREIRA. 2000. *Crioulos de Base Português*. Braga: Associação Portuguesa de Linguística.

GIDDENS, ANTHONY. 2004. *Sociologia*. Lisboa: 4ª edição Gulbenkian.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Crioulo_cabo-verdiano, consultado: 14 de Junho 2011, 15:31.

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Ilha_de_S%C3%A3o_Vicente_\(Cabo_Verde\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ilha_de_S%C3%A3o_Vicente_(Cabo_Verde)), consultado: 17 de Março 2011, 11h52.

http://www.append.es/es/mi_espacio.asp?desc=32&id=7, consultado: 20 de Outubro 2010, 17h20.

Influencia dos Media: alumni.ipt.pt/~goncalom/ECS-opiniao_publica.pdf: 20 de Maio 2011, 10:05.

Introdução Cabo Verde: http://pt.wikipedia.org/wiki/Cabo_Verde, consultado: 04 de Abril 2011, 15:51.

LOPES, ARMANDO. 1991. *Iniciação ao Jornalismo*. Porto: 1ª edição Porto Editora.

MACHADO, J. MATOS J. e J. HENRIQUES, 1992. *Dicionário enciclopédico de língua portuguesa*. Lisboa: Alfa

OLIVEIRA, M. PAIS M. e B. CABRITO. 1994. *Trabalho de Aplicação – 11º Ano (Curso Tecnológico de Administração)*. Lisboa: 1º edição Texto Editora.

PEREIRA, D. 1991. II Colóquio Internacional em Ciências Sociais sobre a África de Língua Oficial Portuguesa. Universidade Clássica.

PEREIRA, D. 2001. Fala Crioulo Papia Purtuges. In *Kultura - Revista de Estudos Caboverdianos*. Set 2001, Nº Especial: 153-165.

PEREIRA, DULCE. 1992. Crioulos de Base Português. In *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo*. Lisboa: Imprensa Nacional, Comissão Nacional para os Descobrimentos, União Latina, pp. 120- 125.

PIRES, F. 1977. *Sociologia Política*. Porto: Editora Lello & Irmão.

PISSARRA, J. 2007. *A Ética da Comunicação e os Media Modernos*. Lisboa: Gulbenkian.

QUIVY R. e L. CAMPENHOUDT. 1998. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: 2ª edição Gradivá.

RABAÇA, C. e G. BARBOSA. 2002. *Dicionário de Comunicação*. Rio de Janeiro: Editora Campus.

Relatório dos Resultados Preliminares do RGPH 2010 do INE:
http://www.ine.cv/detalhe_noticias_1.aspx?id=317, consultado: 16 de Março 2011, 22h20

RIEFFEL, RÉMY. 2003. *Sociologia dos Media*. Porto: Porto Editora.

ROSA, JOÃO. 2010. *Discursos Linguísticos e Realidades nas Salas de Aulas*. Praia: Edições Uni-CV.

SIMON, P. 2000. *História da sociologia*. Porto: Rés Editoras.

VEIGA, M. 1995. *Introdução à Gramática do Crioulo*. Mindelo: Instituto Caboverdiano do Livro.

VEIGA, M. 2006. *A Construção Da Identidade Nacional*. Praia: Instituto da Biblioteca e do Livro.

Anexo



CURSO DE SOCIOLOGIA – ESTUDO SOBRE OFICIALIZAÇÃO DA LÍNGUA CABO-VERDIANA

Bom dia/ Boa tarde. Sou estudante do Curso de Sociologia na Universidade do Mindelo e estamos a fazer um trabalho prático de fim de Curso. Este estudo tem como principal objectivo conhecer a opinião dos Mindelenses face ao processo de Oficialização da língua cabo-verdiana em Cabo Verde. Assim, gostaríamos de lhe convidar para participar neste estudo respondendo algumas questões, com total garantia de confidencialidade e anonimato.

C O T A S

C1 - Sexo:

Masculino----- 1

Feminino----- 2

C2 – Gostaria que me dissesse em que grupo se situa a sua Idade:

18 – 24 anos..... 1 46 – 52 anos..... 5

25 – 31 anos..... 2 53 – 59 anos..... 6

32 – 38 anos..... 3 60 e mais anos..... 7

39 – 45 anos..... 4 Ns/Nr..... 99

OFICIALIZAÇÃO DA LÍNGUA CABOVERDIANA EM CABO VERDE

P1- O Senhor(a) é natural de que Ilha?

P2- Em Cabo Verde, quantas Línguas Cabo-verdianas pensa existir no País?

Um (1) 1

Duas (2) 2

Nove (9) 3

Ns/Nr 99

P3- Diga-me por favor, se alguma vez já ouviu falar na Oficialização da Língua Cabo-verdiana em Cabo Verde?

Sim 1

Não 2 → Passa a P5

Ns/Nr 99

P4- Aonde já ouviu falar sobre a Oficialização da Língua Cabo-verdiana?

Na Televisão/ Rádio 1

No Jornal/ Revista 2

Internet 3

Outro. Qual? 4

Ns/Nr 99

P5- De uma forma geral, sabe o que significa oficializar a Língua Cabo-verdiana, como Língua Nacional?

Sim 1

Não 2 → Passa a P7

Ns/Nr 99

P6- O que entende por oficializar a Língua Cabo-verdiana, como Língua Nacional?

P7- Acha que as pessoas em São Vicente estão bem informadas em relação à Oficialização da Língua Cabo-verdiana em Cabo Verde?

Sim 1

Não 2

Ns/Nr 99

P8- Porquê?

P9- Em relação a si, sente-se bem informada sobre uma possível oficialização da Língua Cabo-verdiana como Língua Nacional?

Sim 1

Não 2

Ns/Nr 99

P10- Porquê?

P11- Acha que o governo tem feito o suficiente para informar os Cidadãos Cabo-verdianos sobre a oficialização da Língua Caboverdiana?

Sim 1

Não 2

Ns/Nr 99

P12- Em sua opinião, o que falta para melhor esclarecimento dos Cabo-verdianos em relação ao tema?

Mais publicidade..... 1

Sensibilização na rádio/ Tv 2

Outra. Qual? 3

Ns/Nr 99

P13- Na sua opinião, gostaria que houvesse mais debate em relação à oficialização da Língua Cabo-verdiana?

Sim 1

Não 2

Ns/Nr 99

P14- Concorda ou não com a oficialização da Língua Cabo-verdiana no País?

Concordo plenamente..... 1

Não tem opinião formada 2

Discordo totalmente 3

Ns/Nr 99

P15- Porquê?

P16- Considera, neste momento a oficialização da Língua Cabo-verdiana uma prioridade para o País?

Sim, considero..... 1

Não, considero..... 2

Ns/Nr 99

P17- Porquê?

P18- Ao nível da educação, acha que se deva apostar mais no ensino do Português ou do Inglês?

Português 1

Inglês 2

Ambas as Línguas..... 3

Ns/Nr 99

P19- Que expectativas tem em relação à oficialização da Língua Cabo-verdiana no País?

Boa expectativa 1

Expectativa moderada 2

Má expectativa 3

Ns/Nr 99

P20- Sabe que a proposta de oficialização da Língua Cabo-verdiana já foi uma vez chumbada pelo Parlamento a 9 Novembro de 2009?

Sim 1

Não 2

Ns/Nr 99



CURSO DE SOCIOLOGIA – ESTUDO SOBRE OFICIALIZAÇÃO DA LÍNGUA CABO-VERDIANA

P21- Considera que deveria haver um recenseamento para saber a posição dos Cabo-verdianos em relação à oficialização ou não da Língua Caboverdiana?

Sim 1
Não 2
Ns/Nr 99

ALUPEC

P22- O Senhor(a) sabe que a Língua Cabo-verdiana, já possui um Alfabeto para normalizar a sua escrita?

Sim 1
Não 2 → Passa a P24
Ns/Nr 99

P23- Qual é o nome desse Alfabeto?

- Obs: Se responder ALUPEC → Passar P25

P24- Alguma vez já ouviu falar em ALUPEC?

Sim 1
Não 2 → Passa a P29
Ns/Nr 99

P25- Aonde ouviu falar acerca do ALUPEC?

Na Televisão/ Rádio 1
No Jornal/ Revista 2
Internet 3
Outro. Qual? 4

P26- O Senhor(a) sabe o que significa a sigla ALUPEC?

Sim 1
Não 2 → Passa a P28
Ns/Nr 99

P27- Qual é o seu significado?

P28- De uma forma geral conhece a o efeito prático do ALUPEC?

P29- O Senhor(a) tem o hábito de escrever na Língua Cabo-verdiana?

Sim 1
Não 2 → Passa a P34
Ns/Nr 99

P30- Geralmente escreve na Língua Cabo-verdiana de qualquer forma ou com base no ALUPEC?

De qualquer forma 1
Com base no ALUPEC 2
Ns/Nr 99

P31- Costuma utilizar a Língua Cabo-verdiana para escrever, em que circunstâncias?

E-mail 1
Messenger 2
SMS 3
Skype 4
Outra. Qual? 5
Ns/Nr 99

P32- Porque utiliza a Língua Cabo-verdiana para trocar mensagens?

P33- Normalmente outras pessoas conseguem entender a Língua Caboverdiana escrito por si?

Sim 1
Não 2
Ns/Nr 99

P34- Normalmente consegue entender a Língua Cabo-verdiana escrito por outras pessoas?

Sim 1
Não 2
Ns/Nr 99

P35- Geralmente tem dificuldades em compreende uma pessoa de outra ilha quando esta fala?

Sim 1
As vezes sim 2
Não 3
Ns/Nr 99

P36- Normalmente essa pessoa é de que Ilha?

DADOS DE CLASSIFICAÇÃO

P37- Neste momento qual é a sua principal actividade profissional?

P38 – Por favor, quais são as suas habilitações literárias?

Sem ensino formal 1
Ensino básico 2
Ensino secundário 3
Ensino médio 4
Ensino superior 5
NS/NR 99

P39- qual é o seu estado Civil?

Solteiro 1
Casado/União de facto 2
Divorciado 3
Viúvo 4

P40- Zona de residência

Quadro 1: Idade dos Inquiridos e Sexo.

	Sexo.		Total (%)
	Masculino	Feminino	
18 - 24 anos	13	12	21,2%
25 - 31 anos	22	26	40,7%
32 - 38 anos	10	9	16,1%
39 - 45 anos	3	2	4,2%
46 - 52 anos	7	5	10,2%
53 - 59 anos	5	2	5,9%
60 e mais anos	1	1	1,7%
Total	61 100,0%	57 100,0%	118 100,0%

Quadro 2: Habilitações Literárias e Quantas línguas cabo-verdianas existem no país?

	Quantas línguas cabo-verdianas existe no país.				Total
	Um (1)	Duas (2)	Nove (9)	Ns/Nr	
Ensino Básico	,0%	6,3%	20,7%	22,2%	12,7%
Ensino Secundário	37,1%	31,3%	48,3%	33,3%	41,5%
Ensino Médio	11,4%	50,0%	5,2%	33,3%	15,3%
Ensino Superior	51,4%	12,5%	25,9%	11,1%	30,5%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Quadro 3: Idade e Tem o hábito de escrever na língua cabo-verdiana?

	Tem o hábito de escrever na língua cabo-verdiana?			Total
	Sim	Não	Ns/Nr	
18 - 24 anos	28,9%	2,9%	,0%	21,2%
25 - 31 anos	54,2%	8,8%	,0%	40,7%
32 - 38 anos	10,8%	26,5%	100,0%	16,1%
39 - 45 anos	2,4%	8,8%	,0%	4,2%
46 - 52 anos	1,2%	32,4%	,0%	10,2%
53 - 59 anos	2,4%	14,7%	,0%	5,9%
60 e mais anos	,0%	5,9%	,0%	1,7%
Total	83 100,0%	34 100,0%	1 100,0%	118 100,0%

Quadro 4: Idade e Concorda ou não com a oficialização da língua cabo-verdiana no país?

	Concorda ou não com a oficialização da língua Caboverdiana no país.				Total
	Concordo plenamente	Não tem opinião formada	Discorda totalmente	Ns/Nr	
18 - 24 anos	24,0%	32,0%	44,0%	,0%	25
25 - 31 anos	22,9%	20,8%	54,2%	2,1%	48
32 - 38 anos	15,8%	10,5%	68,4%	5,3%	19
39 - 45 anos	,0%	20,0%	80,0%	,0%	5
46 - 52 anos	41,7%	8,3%	50,0%	,0%	12
53 - 59 anos	42,9%	14,3%	28,6%	14,3%	7
60 e mais anos	50,0%	,0%	50,0%	,0%	2
Total	24,6%	19,5%	53,4%	2,5%	118

Quadro 5: Sexo dos inquiridos

	Frequência	Percentagem
Masculino	61	51,7
Feminino	57	48,3
Total	118	100,0

Quadro 6: Idade dos inquiridos

	Frequência	Percentagem
18 - 24 anos	25	21,2
25 - 31 anos	48	40,7
32 - 38 anos	19	16,1
39 - 45 anos	5	4,2
46 - 52 anos	12	10,2
53 - 59 anos	7	5,9
60 e mais anos	2	1,7
Total	118	100,0

Quadro 7: Natural da Ilha

	Frequência	Percentagem
Santo Antão	32	27,1
São Vicente	73	61,9
São Nicolau	7	5,9
Boavista	3	2,5
Santiago	2	1,7
Fogo	1	,8
Total	118	100,0

Quadro 8: Quantas línguas cabo-verdianas existem no país?

	Frequência	Percentagem
Um (1) língua cabo-verdiana	35	29,7
Dois (2) línguas cabo-verdianas	16	13,6
Nove (9) línguas cabo-verdianas	58	49,2
Ns/Nr	9	7,6
Total	118	100,0

Quadro 10: Aonde já ouviu falar sobre a Oficialização da língua cabo-verdiana?

	Frequência	Percentagem
Na Televisão/ Rádio	73	61,9
No Jornal/ Revista	17	14,4
Internet	2	1,7
Escola	11	9,3
Ns/Nr	1	,8
Total	104	88,1
Missing	14	11,9
	118	100,0

Quadro 12: O que entende por oficializar a língua cabo-verdiana?

	Frequência	Percentagem
Criar uma língua comum em Cabo Verde.	2	1,7
Implementar o crioulo no ensino.	27	22,9
Criar uma gramática para o crioulo.	2	1,7
É uma forma de preservar a nossa identidade.	5	4,2
Institucionalizar o crioulo.	17	14,4
Não sei explicar.	14	11,9
O crioulo vai ser a nossa 1ª língua.	15	12,7
Ns/Nr	9	7,6
Total	91	77,1
Missing	27	22,9
	118	100,0

Quadro 13: As pessoas em São Vicente estão bem informadas em relação a oficialização da língua cabo-verdiana?

	Frequência	Percentagem
Sim	18	15,3
Não	80	67,8
Ns/Nr	20	16,9
Total	118	100,0

Quadro 14: O porque dos inquiridos acharem que as pessoas em São Vicente estejam ou não bem informadas.

	Frequência	Percentagem
As pessoas não falam na oficialização do crioulo.	12	10,2
Não existe muita informação.	39	33,1
Não existe interesse por parte das pessoas.	14	11,9
A oficialização do crioulo é um processo confuso.	8	6,8
As pessoas acompanham as notícias.	7	5,9
As pessoas falam da oficialização do crioulo.	5	4,2
Ns/Nr	33	28,0
Total	118	100,0

Quadro 15: Sente-se bem informado/a sobre uma possível oficialização da língua cabo-verdiana?

	Frequência	Percentagem
Sim	43	36,4
Não	71	60,2
Ns/Nr	4	3,4
Total	118	100,0

Quadro 16: O porque dos inquiridos se sentirem ou não bem informadas.

	Frequência	Percentagem
Os responsáveis não passam as informações que deveriam passar.	41	34,7
Tenho a preocupação de acompanhar as notícias.	24	20,3
A oficialização do crioulo é um processo muito complicado.	15	12,7
Sei alguma coisa mas por alto.	28	23,7
Ns/Nr	10	8,5
Total	118	100,0

Quadro 17: O governo tem feito o suficiente para informar os cidadãos sobre a oficialização da língua cabo-verdiana?

	Frequência	Percentagem
Sim	10	8,5
Não	92	78,0
Ns/Nr	16	13,6
Total	118	100,0

Quadro 18: O que falta para melhor esclarecimento dos Cabo-verdianos em relação a oficialização da língua cabo-verdiana?

	Frequência	Percentagem
Mais Publicidade	53	44,9
Sensibilização na Rádio/Tv	58	49,2
Outro	3	2,5
Ns/Nr	4	3,4
Total	118	100,0

Quadro 20: Concorda ou não com a oficialização da língua cabo-verdiana no país?

	Frequência	Percentagem
Concordo plenamente	29	24,6
Não tem opinião formada	23	19,5
Discorda totalmente	63	53,4
Ns/Nr	3	2,5
Total	118	100,0

Quadro 21: O porque das pessoas concordarem ou não com a oficialização da língua cabo-verdiana

	Frequência	Percentagem
É a nossa língua de origem e tem que ser valorizar.	31	26,3
As pessoas não estarem bem informadas.	7	5,9
Temos uma grande diversidade de crioulos em Cabo Verde.	26	22,0
Irão oficializar o crioulo de Santiago.	14	11,9
Vai gerar conflitos e dividir o país.	12	10,2
Primeiro temos que criar as condições para a oficialização da língua.	9	7,6
Poderíamos continuar com o português como 1ª língua no país.	9	7,6
Ns/Nr	10	8,5
Total	118	100,0

Quadro 23: O porque os inquiridos consideram a oficialização da língua uma prioridade ou não.

	Frequência	Percentagem
O país tem outras prioridades que não o crioulo.	75	63,6
Vai permitir conhecer e aprender mais sobre o crioulo.	2	1,7
É uma forma de conservar a nossa cultura.	5	4,2
Deveríamos estudar mais essa possibilidade.	6	5,1
Estamos muito bem com o português.	2	1,7
Ns/Nr	28	23,7
Total	118	100,0

Quadro 24: Acha que se deva apostar mais no ensino do português ou do inglês?

	Frequência	Percentagem
Português	9	7,6
Inglês	39	33,1
Ambas as Línguas	70	59,3
Total	118	100,0

Quadro 25: Expectativas em relação à oficialização da língua cabo-verdiana no país.

	Frequência	Percentagem
Boa expectativa	21	17,8
Expectativa moderada	39	33,1
Má expectativa	48	40,7
Ns/Nr	10	8,5
Total	118	100,0

Quadro 26: Sabe que a proposta de oficialização da língua cabo-verdiana já foi uma vez chumbada pelo parlamento?

	Frequência	Percentagem
Sim	63	53,4
Não	52	44,1
Ns/Nr	3	2,5
Total	118	100,0

Quadro 27: Deveria haver um referendo para saber a posição dos cabo-verdianos em relação ao tema?

	Frequência	Percentagem
Sim	103	87,3
Não	3	2,5
Ns/Nr	11	9,3
Total	117	99,2
Missing case	1	,8
	118	100,0

Quadro 29: Qual é o nome desse alfabeto?

	Frequência	Percentagem
Não se lembra	16	13,6
ALUPEC	26	22,0
Não sei	10	8,5
Ns/Nr	7	5,9
Total	59	50,0
Missing	59	50,0
	118	100,0

Quadro 31: Aonde já ouviu falar acerca do ALUPEC?

	Frequência	Percentagem
Na Televisão/Rádio	30	25,4
No Jornal/Revista	11	9,3
Internet	1	,8
Escola	2	1,7
Total	44	37,3
Missing	74	62,7
	118	100,0

Quadro 32: Sabe o que significa a sigla ALUPEC?

	Frequência	Percentagem
Sim	17	14,4
Não	26	22,0
Ns/Nr	4	3,4
Total	47	39,8
Missing	71	60,2
	118	100,0

Quadro 33: Qual é o significado da sigla ALUPEC.

	Frequência	Percentagem
Não sei o seu significado	3	2,5
Alfabeto para a escrita do crioulo	7	5,9
É uma gramática	3	2,5
Alfabeto unificado para a escrita do cabo-verdiano	4	3,4
Total	17	14,4
Missing	101	85,6
	118	100,0

Quadro 34: Conhece a os efeitos práticos do ALUPEC?

	Frequência	Percentagem
Não conhece o seu efeito prático	7	5,9
É uma forma de unificar a escrita do crioulo	3	2,5
Não sei explicar	3	2,5
Definir regras para a escrita do crioulo	6	5,1
Ns/Nr	4	2,5
Total	23	19,5
Missing	95	80,5
	118	100,0

Quadro 35: Tem o hábito de escrever na língua cabo-verdiana?

	Frequência	Percentagem
Sim	83	70,3
Não	34	28,8
Ns/Nr	1	,8
Total	118	100,0

Quadro 38: Porque utiliza a língua cabo-verdiana para trocar mensagens?

	Frequência	Percentagem
É mais fácil expressar escrevendo em crioulo	40	33,9
É mais interessante e divertido	37	31,4
É a nossa língua	1	,8
Esta na moda escrever em crioulo	7	5,9
Ns/Nr	2	1,7
Total	87	73,7
Missing	31	26,3
	118	100,0

Quadro 39: Normalmente outras pessoas conseguem entender a língua cabo-verdiana escrito por si?

	Frequência	Percentagem
Sim	77	65,3
Não	1	,8
Ns/Nr	10	8,5
Total	88	74,6
Missing	30	25,4
	118	100,0

Quadro 40: Normalmente consegue entender a língua cabo-verdiana escrito por outras pessoas?

	Frequência	Percentagem
Sim	90	76,3
Não	18	15,3
Ns/Nr	9	7,6
Total	117	99,2
Missing	1	,8
	118	100,0

Quadro 41: Tem dificuldades em compreender uma pessoa de outra ilha quando esta fala?

	Frequência	Percentagem
Sim	29	24,6
As vezes sim	49	41,5
Não	38	32,2
Ns/Nr	2	1,7
Total	118	100,0

Quadro 42: Normalmente essa pessoa é de que Ilha?

	Frequência	Percentagem
Santo Antão	2	1,7
São Vicente	1	,8
Boavista	3	2,5
Maio	1	,8
Santiago	43	36,4
Fogo	21	17,8
Brava	2	1,7
Total	73	61,9
Missing	45	38,1
	118	100,0

Quadro 43: Actividade profissional.

	Frequência	Percentagem
Funcionário público	18	15,3
Reformado	2	1,7
Estudante	24	20,3
A procura de emprego	7	5,9
Profissional liberal	23	19,5
Trab. por conta própria	15	12,7
Sector privado	22	18,6
Polícia/Militar	7	5,9
Total	118	100,0

Quadro 44: Habilitações literárias.

	Frequência	Percentagem
Ensino Básico	15	12,7
Ensino Secundário	49	41,5
Ensino Médio	18	15,3
Ensino Superior	36	30,5
Total	118	100,0

Quadro 45: Estado Civil.

	Frequência	Percentagem
Solteiro	77	65,3
Casado/União de facto	37	31,4
Divorciado	4	3,4
Total	118	100,0

Quadro 46: Zona de Residência

	Frequência	Percentagem
Centro da Cidade	8	6,8
Monte Sossego	25	21,2
Madeiralzinho	11	9,3
Chã de Alecrim	15	12,7
Cruz João Évora	6	5,1
Ribeirinha	18	15,3
Ribeira Bote	12	10,2
Bela Vista/Pedreira	16	13,6
R ^a de Craquinha	7	5,9
Total	118	100,0

